Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sábado 20.4.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 611 / € 2,00 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

AEROPORTOS

PASSAGEIROS TÊM DIREITO A 27 MILHÕES DE EUROS EM INDEMNIZAÇÕES ATÉ MARÇO

Nos primeiros três meses do ano, 29% dos voos que partiram dos aeroportos nacionais sofreram disrupções, afetando mais de um milhão de passageiros – cerca de um terço são clientes da TAP, que podem reclamar 9,2 milhões de euros à companhia. Ainda assim, a operação melhorou nas infraestruturas aeronáuticas face ao ano passado.

DINHEIRO VIVO

PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

IMPOSTO

RENDIMENTOS DE 2500 A 3000 EUROS BENEFICIAM MAIS COM MEXIDA NO IRS

CHEGA DISPONÍVEL PARA APROVAR "ALÍVIO FISCAL" DA AD. PS VAI AVALIAR COM "CUIDADO"

PÁGS. 4-7

FMI
Banca portuguesa é das mais eficazes a passar aumentos de taxas de juro para as famílias
DINHEIRO VIVO

Gert Biesta
PEDAGOGO, PROFESSOR E PENSADOR DO FENÓMENO DA EDUCAÇÃO
"Ambição da Educação deveria ser encorajar as crianças e os jovens a tornarem-se indivíduos democráticos"
PÁGS. 12-13

Tensão
Israel não assume ataque e Irão minimiza impacto para evitar escalada
PÁGS. 18-19

Espetáculos
O eterno fascínio pelos Beatles no palco do Tivoli
PÁGS. 26-27

PORTUGAL HÁ 50 ANOS
MARIA FERNANDA DINARÉS
PENSIONISTA
PÁG. 3

Até ver...

Helena Tecedeiro
Editora executiva do Diário de Notícias

O que é que a União Europeia alguma vez fez por nós?

Numa cena de *A Vida de Bryan*, o Monty Python John Cleese pergunta aos seus camaradas revolucionários: "O que é que os romanos alguma vez fizeram por nós?". Aquedutos, saneamento, estradas, medicina são apenas alguns dos exemplos que dão, mas sem conseguir demover Cleese do seu ceticismo. Com as eleições europeias a aproximarem-se, e os receios de que, como se tornou habitual, a abstenção seja alta, chegou a hora de perguntar "O que é que a União Europeia alguma vez fez por nós?"

E o rol de respostas é também ele longo. Antes da adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986 – nove anos depois de Mário Soares ter apresentado a candidatura, numa altura em que a democracia portuguesa dava os primeiros passos depois do 25 de Abril e o país procurava o seu destino europeu –, Portugal lidava com uma elevadíssima taxa de pobreza, baixas qualificações, incluindo uma elevada taxa de analfabetismo, e só uma minoria de jovens tinha acesso ao Ensino Superior. Para perceber a evolução, basta olhar para os números: em 1992, a taxa de abandono escolar ainda era de 50%, em 2000 passou para 43,6% e em 2023 foi de apenas 8%. Em grande medida, avanços conquistados com apoio de fundos europeus.

Na altura, meses depois de Soares ter assinado, nos Jerónimos, o Tratado de Adesão – no mesmo dia da vizinha Espanha – a economia baseava-se nos baixos salários e numa mão-de-obra pouco qualificada, e de fraca intensidade tecnológica. Hoje, houve uma óbvia evolução – o salário médio passou do equivalente a 700 euros para 1505 (8,1 euros/hora, mesmo assim bem abaixo dos 24 euros/hora da média europeia). Mas o país ainda está atrás em indicadores como a produtividade ou o PIB *per capita*.

Para quem tem dúvidas do papel da UE na nossa vida, não precisamos de ir muito longe para encontrar exemplos concretos de como esta ficou mais fácil desde a adesão. Como filha de emigrantes ainda me lembro de a minha mãe preparar saquinhos de francos e pesetas, além dos escudos, sempre que vínhamos de férias, para pagar as portagens da Suíça a Portugal, enquanto hoje podemos viajar para 20 países da UE sem termos de trocar os nossos euros. E nem precisamos de passaporte para andar pelo Espaço Schengen, onde viver e trabalhar se tornou tão mais fácil. E nem vou falar do *roaming*!

Com a pandemia descobrimos que afinal Bruxelas não era só burocracia e que os líderes europeus se conseguiam organizar para comprar vacinas em conjunto e distribuí-las pelos Estados-membros. E para os muitos preocupados com o impacto da Inteligência Artificial, a UE também criou a primeira lei no mundo para regular a IA.

Saúde, educação, transportes – as autoestradas, que fizeram com que de Bragança a Lisboa já não seja "nove horas de distância", como cantavam os Xutos, mesmo se os nossos governantes, ao apostar tudo na rede rodoviária, se esqueceram de desenvolver a ferrovia – o Portugal de 2024 não tem comparação com o 1986. E muito menos com o Portugal de antes da revolução de 1974 que veio pôr fim a meio século de ditadura e isolamento do país. Os portugueses sabem-no, como mostrou o último *Eurobarómetro*, divulgado esta semana: 88% responderam que o país beneficiou com a adesão à UE, quando a média nos 27 anda nos 71%.

Apesar deste euro-otimismo, os portugueses não estão satisfeitos com a evolução das suas condições de vida nos últimos cinco anos: 56% dizem que piorou (45% na UE) e só 4% que melhorou (6% na UE).

Mas serem os mais pró-europeus dos europeus não se tem traduzido numa ida em massa às urnas dos portugueses na hora de eleger o novo Parlamento Europeu. Em 2019, a abstenção foi a mais elevada de sempre – 68,6%. Cinco anos depois, tudo o que vivemos desde então – do *Brexit* à covid, passando pela invasão russa da Ucrânia que trouxe uma guerra para as fronteiras da UE – fará com que seja diferente? Voltando ao *Eurobarómetro*, 57% dos portugueses disseram ser provável que vão votar a 9 de junho (o escrutínio realiza-se em toda a UE entre 6 e 9, com a eleição em Portugal a calhar em véspera de feriado do Dia Nacional), abaixo dos 71% da média europeia, mas mesmo assim dez pontos acima do que era há cinco anos. Um interesse que parece mais teórico do que prático, afinal só 14% mostraram conhecer a data (mês e ano) das eleições.

Entre receios de uma forte subida da extrema-direita na eleição dos 720 novos eurodeputados que vão representar 450 milhões de cidadãos da UE e a tendência para que estas eleições se transformem mais em referendos aos Governos Nacionais do que num palco para questões europeias, em Bruxelas a hora é de mobilização. Os edifícios do Parlamento Europeu exibem o *slogan* "Use o seu Voto" e foi na capital belga que, em conversa com o DN, o diretor-geral de Comunicação e porta-voz do Parlamento Europeu, Jaume Duch Guillot, me lembrava há dias: "O que importa não são as sondagens, é quem vai votar e quem vai ficar em casa."

Por isso – e agora roubando a ideia a John F. Kennedy –, e se em vez de perguntar o que é que a UE já fez por si, perguntasse antes o que pode fazer pela UE – e, logo, por Portugal? A resposta é fácil: vá votar no dia 9.

OS NÚMEROS DO DIA

370

QUILOS DE HAXIXE
A PSP deteve cinco homens por tráfico de droga e aprendeu quase 370 quilos de haxixe na zona de Lisboa e Algarve no âmbito de uma investigação que durava há cerca de um ano, indica a polícia.

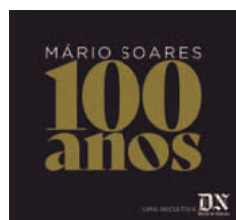
24

MILHÕES DE CRIANÇAS
Mais de 24 milhões de crianças nigerianas entre os 5 e os 17 anos, 39,2% desta população, estão presas no sistema de trabalho infantil do país como trabalhadores forçados, segundo estimativas do Gabinete Nacional de Estatísticas da Nigéria.

1,9

POR CENTO
O número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego caiu 1,9% em março face a fevereiro, mas subiu 6% em termos homólogos, totalizando 324 616, segundo dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

34

MIL MORTOS
O número de vítimas mortais na Faixa de Gaza, na sequência da ofensiva lançada pelo Exército israelita contra o território desde 7 de outubro, ultrapassou os 34 mil, segundo as autoridades locais, controladas pelo grupo islamita palestiniano Hamas.

20.4.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editor-chefe** Nuno Ramos de Almeida **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Bruno Horta, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, João Pedro Henriques, Manuel Catarino, Margarida Davim, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Sara Azevedo Santos, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida e António Mateus (coordenadores), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

PORTUGAL HÁ 50 ANOS

O que era a vida quotidiana dos portugueses há meio século, antes do 25 de Abril? O que faziam e como recordam hoje esse tempo em que eram jovens e o país era velho. E como esse mundo era retratado nas páginas do DN da época. Visado pela censura.

No DN

A CAMPANHA ELEITORAL EM FRANÇA
JUSTIÇA E SEGURANÇA PARA TODOS
PROMETE GISCARD D'ESTAING
OS DOZE CANDIDATOS
INTENSIFICAM-SE OS COMBATES AÉREOS E OS DUELOS DE ARTILHARIA NA FRENTE DO GOLÃ
AGRAVOU-SE O CUSTO DE VIDA NOS PAÍSES DO MERCADO COMUM
O DEBATE DELMAS-MITTERRAND FOI UMA LIÇÃO DE ESGRIMA ELEITORAL
BRASIL: DE NOVO O FLAGELO DAS INUNDAÇÕES
MAIS DE CEM MIL PESSOAS PERDERAM OS SEUS LARES
VAI NASCER NO SUL DE ANGOLA UMA NOVA CIDADE

EUROPA Os preços continuavam a subir na CEE, na altura uma comunidade de nove países. Apenas a Alemanha Ocidental apresentava uma balança comercial positiva. Do Brasil chegava o balanço das grandes cheias: mais de 100 mil pessoas ficaram sem casa.

Custo de vida preocupava Europa

TEXTO **ISABEL LARANJO**

Naquele tempo ainda não havia União Europeia, mas já existia a antecessora CEE., com nove Estados-Membros: Irlanda, Reino Unido, França, Holanda, Itália, Dinamarca, Luxemburgo, República Federal da Alemanha e Espanha. A subida do custo de vida, em parte alavancada pelo conflito no Médio Oriente, começava a criar um ambiente de preocupação. *Agravou-se o custo de vida nos países do Mercado Comum*, titulava o DN, na primeira página, há 50 anos.

"O custo de vida acentuou-se em quase todos os países do Mercado Comum e receia-se que os preços registem uma subida ainda mais rápida , afirma a Comissão da CEE. no seu último relatório económico hoje divulgado", lia-se, no dia 20 de abril de 1974, no DN. "A comissão salienta que, de momento, os preços que sobem mais são os da gasolina e outros combustíveis derivados do petróleo, mas também subiram acentuadamente os preços dos têxteis, vestuário, aparelhos domésticos e brinquedos.

"Os preços dos alimentos continuam a subir em quase todos os países da CEE, e apenas na Grã-Bretanha essa tendência foi atenuada", prosseguia a notícia, com destaque de primeira página.

Naquele tempo, a Alemanha [ainda dividida entre Ocidental e Oriental] já era a economia forte da Europa. "Nos primeiros meses deste ano, a balança de comércio da Comunidade com os outros países agravou-se, e todos os países membros da CEE. apresentam um saldo negativo, com exceção da Alemanha Ocidental, que regista um saldo recorde nas suas trocas comerciais com o exterior."

Do Brasil chegava um novo balanço das grandes cheias que tinham assolado o sul do país, em março. *Brasil: De novo o flagelo das inundações – Mais de cem mil pessoas perderam os seus lares nas últimas cheias*, titulava o jornal.

Em França continuava a corrida à presidência da República e o DN apresentava as fotografias dos 12 candidatos ao lugar no Eliseu.

No Médio Oriente a guerra não dava tréguas. *Intensificam-se os combates aéreos e os duelos de artilharia na frente do Golã.*

Em Angola estava a ser montada uma grande infraestrutura. *Devido à obra de rega integrada do Plano do Cunene –Vai nascer no sul de Angola uma nova cidade.*

Onde eu estava

Maria Fernanda Dinarés nasceu em Alhandra em 1930. É pensionista.

Nasci numa família de proprietários rurais, uma de três irmãos. Toda a vida lamentei não ter podido estudar mais. Frequentei a Escola Industrial, mas interrompi aos 16 anos, altura de sonhos. O meu era ser médica.

Casada com 24 anos, tratar do marido e das filhas, entretanto nascidas, tornou inviável qualquer possibilidade de retomar os estudos.

Tratar da casa, porém, não me causava problema. Tinha uma empregada, o que me permitia ocupar o tempo com tarefas que me agradavam, por exemplo, tricot e costura.

Havia perto de casa uma pastelaria boa, que raramente frequentava. De tempos a tempos, ia a Lisboa com as miúdas, às compras. Numa dessas vezes, assisti a uma carga policial sobre manifestantes, refugiada, com as meninas, numa loja da Rua Augusta, testemunhas da violência do regime.

Em abril de 1974, vivia em Vila Franca, terra de província conhecida pelos touros e pela feira. E pela resistência antifascista que fazia com que houvesse por ali muitos informadores da PIDE. Lembro-me de gostar de ler os livros que o meu marido, às escondidas, levava para casa, livros proibidos que colocava nos lugares recônditos das estantes. E os discos, também proibidos, ouvidos em surdina ainda, mais porque os pais de Franco Nogueira, ministro de Salazar, viviam no prédio. Aliás, dizia-se que um dos outros vizinhos era um agente do PIDE.

Às nossas filhas pedíamos que tivessem cautelas, que não falassem dos livros que viam em casa e que não cantassem na rua. A mais velha, com 17 anos, já se interessava por política e frequentava a Cooperativa Alves Redol, casa cultural ligada à resistência antifascista – Alves Redol era uma figura muito admirada e querida em Vila Franca. E a mais nova, com 10, que dava atenção a tudo e a quem nada passava despercebido. Recordo que a levei comigo à despedida de um familiar mobilizado para Angola. No cais, a banda tocava enquanto as mulheres e homens choravam. Os soldados acenavam do barco. Mal entrou em casa, sentou-se no chão a chorar. "Aquela música, mãe, aquela música." Tinha uns quatro anos.

Vila Franca de Xira era uma terra tranquila, quando não havia cargas policiais. Recordo a tarde em que, à janela com a minha filha mais nova, vimos passar um rapaz. Pouco antes, tinha havido uma manifestação, mas o miúdo caminhava calmamente. De repente, avançam contra ele dois GNR a cavalo, com os sabres no ar. Um dos sabres atingiu o miúdo e rasgou-lhe o casaco. Lembro-me de ter gritado da janela. "Parece impossível. Ele não fez nada."

Na ditadura, destinava-se às mulheres uma educação particular. Tive alguma sorte: fui criada numa casa em que rapazes e raparigas eram tratados da mesma maneira, excetuando, claro, a questão dos estudos. O meu marido, apesar de muito ciumento, nunca me proibiu de fazer isto ou aquilo. De me vestir assim ou assado. Tirei a Carta de Condução já com 49 anos, encorajada por ele. E mesmo na roupa, raramente interferia. A única coisa em que senti alguma pressão foi na adoção do nome dele.

No dia 25 de Abril, o meu marido saiu para o emprego (era funcionário da Caixa Geral de Depósitos). Um pouco depois telefonou e disse-me para ligar o rádio. Percebi então o que se estava a passar, porém sempre receosa de que as movimentações viessem do outro lado. Felizmente correu bem.

Eleições livres foi a primeira das melhores transformações que chegaram com o 25 de Abril (nas eleições a que concorreu o general Humberto Delgado, quando o meu marido chegou à mesa de voto para votar disseram-lhe que ele já tinha votado). Pela primeira vez as mulheres, sem exceção, podiam votar. A lei que passou a permitir o divórcio foi também muito importante, ainda que nunca me tivesse passado pela cabeça divorciar-me. Para mim, a maior conquista, a que mais me marcou, foi o direito à interrupção voluntária da gravidez. Parece que há hoje quem queira retirar-nos essa conquista. Fico muito triste. Porém, aos 93 anos estou disponível para voltar a travar essa luta.

Depoimento recolhido por Alexandra Tavares-Teles

Luís Montenegro foi acompanhado pelos ministros das Finanças, Miranda Sarmento, e da Presidência, Leitão Amaro.

PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGENS

Rendimentos de 2500 a 3000 euros beneficiam mais com mexida no IRS

TAXAS Governo alargou o corte no imposto aos 6º, 7º e 8º escalões, que não tinham sido abrangidos pelo alívio fiscal do PS. Alterações aumentam 348 milhões à poupança das famílias, a que acrescem 115 milhões em reembolsos em 2025.

TEXTO **ILÍDIA PINTO**

O Governo prometeu baixar os impostos à classe média e a primeira mexida no IRS vem precisamente beneficiar mais os contribuintes do 6º e 7º escalões que tinham ficado de fora do desagravamento fiscal aprovado no Orçamento do Estado para 2024. As novas tabelas de retenção na fonte, que o primeiro-ministro quer ter em vigor a partir de junho ou julho, se o Parlamento as aprovar, trazem nova redução para quem ganha menos, mas que se torna mais acentuada nos escalões mais altos. E, por isso, quem ganha 2500 euros mensais vai pagar menos quase 500 euros ao fim do ano e quem aufere 3000 euros poderá embolsar mais 876 euros totais.

A redução das taxas do IRS até ao 8º escalão foram ontem aprovadas em Conselho de Ministros, e aplicam-se a todos os rendimentos de 2024. A proposta de lei, que terá ainda de ser aprovada pelo Parlamento, prevê uma redução de 0,25 pontos percentuais no 1º escalão, de 0,5 pontos nos 2º, 3º e 4º escalões e de 0,75 pontos percentuais no 5º escalão.

A diferença mais significativa, em relação ao que está já em vigor este ano, dá-se nos 6º, 7º e 8º escalões, que não tinham sido alvo de redução de taxa nas mexidas feitas por Fernando Medina, com uma descida de três pontos percentuais no sexto, de 0,5 pontos no sétimo e de 0,25 pontos percentuais no oitavo escalão.

Não admira, por isso, que as mexidas nos escalões mais baixos sejam ténues e reflitam poupanças anuais que vão dos 51,22 euros no caso de um contribuinte solteiro e com um rendimento mensal bruto de 1300 euros, aos 102,45 euros para um casal com dois titulares e 1 filho com o mesmo rendimento, de acordo com as simulações da EY para o DN / Dinheiro Vivo.

Para quem tem rendimentos mensais de 2000 euros brutos, a aplicação das novas taxas dá benefícios anuais de 80,97 euros para um titular com filhos, de 106,66 euros para um solteiro e de 213,32 euros para um agregados com dois titulares e tributação conjunta.

Há que não esquecer que o IRS é um imposto progressivo, pelo que, mesmo quem tem um rendimento coletável acima de 81 199 euros, ao qual é aplicada uma taxa única de 48%, na qual o novo Governo não mexeu, beneficia da descida das taxas nos escalões anteriores, na parte do seu rendimento que a elas diz respeito. E é por isso que, embora não esteja prevista qualquer baixa na taxa para o 9.º escalão, o único

> Proposta de lei será debatida no Parlamento a 24 de abril. Se for aprovada, as novas tabelas deverão entrar em vigor em junho ou julho, mas para o ano todo, aumentando os reembolsos em 2025.

para o qual não há desagravamento fiscal, um contribuinte com um salário bruto mensal de 10 mil euros, que corresponde a um rendimento coletável de 124 600 euros anuais, vai ter um ganho adicional de 644,42 euros. No caso de um agregado familiar com dois titulares, o ganho adicional é de quase 1290 euros ao ano, em cima dos 1807 euros que já tinha obtido pela redução do IRS deliberada por executivo anterior.

Em causa está aquilo que Luís Montenegro garantiu ser a primeira fase da intervenção do Governo em termos fiscais, uma medida que perfaz um total de redução do imposto de 1539 milhões de euros face a 2023. Excluindo a descida de IRS que está já em vigor, por via dos cortes aprovados por António Costa e Fernando Medina, o Governo garante que as novas tabelas trazem um alívio adicional de 463 milhões de euros, ou seja, 348 milhões em 2024 e 115 milhões em 2025, por via dos reembolsos após a entrega das declarações anuais.

"Esta é uma política de estímulo ao trabalho, não é uma atitude isolada, nós queremos que os portugueses sintam alívio na sua carga fiscal. A primeira medida fiscal do Governo sinaliza isso mesmo, mas vamos ter outras", afirmou Luís Montenegro. A proposta do Governo será debatida no Parlamento a 24 de abril.

Quanto ao IRS Jovem, o primeiro-ministro assegurou que a proposta "está a ser preparada". Será "oportunamente apresentada" e que terá um impacto de 1200 milhões de euros, em vez dos 200 milhões do IRS Jovem que está em vigor, no OE2024. Luís Montenegro precisou que a alteração, que será de "médio a longo prazo", visa "dar previsibilidade aos jovens" que, até aos 35 anos, "pagarão um terço do que pagam hoje".

Já depois da conferência no final do Conselho de Ministros, fonte do Executivo esclareceu que, dos 1200 milhões, mil milhões correspondem ao desagravamento fiscal até 2028, das pessoas até aos 35 anos de idade, através do redesenho da medida, que o Governo pretende concretizar. A intenção é aprovar uma tabela de IRS específica para contribuintes até aos 35 anos, cujas taxas corresponderão a um terço das taxas gerais que incidem sobre os escalões de rendimento (contempladas no artigo 68.º).

Até ao final da legislatura, o Governo da AD promete cortar a receita fiscal em três mil milhões de euros, valor que não tem em conta os 1200 milhões da descida promovida pelo anterior Gverno. Além dos mil milhões adicionais que espera cortar no IRS Jovem, há ainda a isenção dos prémios de produtividade (conhecido por 15.º mês), incentivos fiscais à poupança, podendo ainda englobar futuras reduções das taxas do IRS se houver margem para tal.

ilidia.ribeiro@dinheirovivo.pt

Solteiro - Sem Filhos

	1300 € / Mês		2000 € / Mês		3000 € / Mês		5000 € / Mês	
	OE24	Governo AD	OE24	Governo AD	OE24	Governo AD	OE24	Governo AD
Rendimento bruto	18,200.00 €	18,200.00 €	28,000.00 €	28,000.00 €	42,000.00 €	42,000.00 €	70,000.00 €	70,000.00 €
Deduções específicas	-4,104.00 €	-4,104.00 €	-4,104.00 €	-4,104.00 €	-4,620.00 €	-4,620.00 €	-7,700.00 €	-7,700.00 €
Rendimento coletável	14,096.00 €	14,096.00 €	23,896.00 €	23,896.00 €	37,380.00 €	37,380.00 €	62,300.00 €	62,300.00 €
Coleta IRS	2,295.04 €	2,243.82 €	4,945.57 €	4,838.91 €	9,796.53 €	9,358.47 €	20,634.56 €	20,037.38 €
Deduções	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
IRS a pagar	2,295.04 €	2,243.82 €	4,945.57 €	4,838.91 €	9,796.53 €	9,358.47 €	20,634.56 €	20,037.38 €
Segurança Social	2,002.00 €	2,002.00 €	3,080.00 €	3,080.00 €	4,620.00 €	4,620.00 €	7,700.00 €	7,700.00 €
Rendimento líquido anual	13,902.96 €	13,954.19 €	19,974.43 €	20,081.09 €	27,583.48 €	28,021.53 €	41,665.45 €	42,262.62 €
Variação no rendimento líquido anual (OE2024-AD)	51.22 €		106.66 €		438.06 €		597.17 €	
Variação (%)	0.37%		0.53%		1.59%		1.43%	

Casado - 1 Titular
Tributação Conjunta - 1 Filho

	1300 € / Mês		2000 € / Mês		3000 € / Mês		5000 € / Mês	
	OE24	Governo AD	OE24	Governo AD	OE24	Governo AD	OE24	Governo AD
Rendimento bruto	18,200.00 €	18,200.00 €	28,000.00 €	28,000.00 €	42,000.00 €	42,000.00 €	70,000.00 €	70,000.00 €
Deduções específicas	-4,104.00 €	-4,104.00 €	-4,104.00 €	-4,104.00 €	-4,620.00 €	-4,620.00 €	-7,700.00 €	-7,700.00 €
Rendimento coletável	14,096.00 €	14,096.00 €	23,896.00 €	23,896.00 €	37,380.00 €	37,380.00 €	62,300.00 €	62,300.00 €
Coleta IRS	1,867.72 €	1,832.48 €	3,602.00 €	3,521.03 €	6,836.40 €	6,688.01 €	14,982.85 €	14,480.54 €
Deduções	-600.00 €	-600.00 €	-600.00 €	-600.00 €	-600.00 €	-600.00 €	-600.00 €	-600.00 €
IRS a pagar	1,267.72 €	1,232.48 €	3,002.00 €	2,921.03 €	6,236.40 €	6,088.01 €	14,382.85 €	13,880.54 €
Segurança Social	2,002.00 €	2,002.00 €	3,080.00 €	3,080.00 €	4,620.00 €	4,620.00 €	7,700.00 €	7,700.00 €
Rendimento líquido anual	14,930.28 €	14,965.52 €	21,918.01 €	21,998.97 €	31,143.61 €	31,291.99 €	47,917.15 €	48,419.46 €
Variação no rendimento líquido anual (OE2024-AD)	35.24 €		80.97 €		148.39 €		502.31 €	
Variação (%)	0.24%		0.37%		0.48%		1.05%	

Casado - 2 Titulares
Tributação Conjunta - 2 Filhos

	1300 € / Mês		2000 € / Mês		3000 € / Mês		5000 € / Mês	
	OE24	Governo AD	OE24	Governo AD	OE24	Governo AD	OE24	Governo AD
Rendimento bruto	36,400.00 €	36,400.00 €	56,000.00 €	56,000.00 €	84,000.00 €	84,000.00 €	140,000.00 €	140,000.00 €
Deduções específicas	-8,208.00 €	-8,208.00 €	-8,208.00 €	-8,208.00 €	-9,240.00 €	-9,240.00 €	-15,400.00 €	-15,400.00 €
Rendimento coletável	28,192.00 €	28,192.00 €	47,792.00 €	47,792.00 €	74,760.00 €	74,760.00 €	124,600.00 €	124,600.00 €
Coleta IRS	4,590.08 €	4,487.63 €	9,891.14 €	9,677.82 €	19,593.05 €	18,716.94 €	41,269.11 €	40,074.77 €
Deduções	-1,200.00 €	-1,200.00 €	-1,200.00 €	-1,200.00 €	-1,200.00 €	-1,200.00 €	-1,200.00 €	-1,200.00 €
IRS a pagar	3,390.08 €	3,287.63 €	8,691.14 €	8,477.82 €	18,393.05 €	17,516.94 €	40,069.11 €	38,874.77 €
Segurança Social	4,004.00 €	4,004.00 €	6,160.00 €	6,160.00 €	9,240.00 €	9,240.00 €	15,400.00 €	15,400.00 €
Rendimento líquido anual	29,005.93 €	29,108.37 €	41,148.86 €	41,362.18 €	56,366.95 €	57,243.06 €	84,530.89 €	85,725.24 €
Variação no rendimento líquido anual (OE2024-AD)	102.45 €		213.32 €		876.11 €		1,194.35 €	
Variação (%)	0.35%		0.52%		1.55%		1.41%	

FONTE: EY

(1) Simulações para sujeitos passivos com rendimentos da Categoria A (2) Remuneração atual de 14 meses do rendimento bruto mensal (3) Nos cenários de sujeitos passivos casados, dois titulares de rendimentos, assume-se que ambos auferem o mesmo rendimento anual (4) Considerou-se as deduções dos dependentes (assumindo filhos de idades superiores a 6 anos) e sem considerar deduções à coleta por despesas incorridas (5) Rendimento líquido apurado resulta do rendimento bruto, menos contribuições para a SS (11%), menos IRS a pagar.

Pedro Fugas
COUNTRY TAX LEADER DA EY

"O alívio é grande, mas o real choque fiscal é o do IRS Jovem"

Quem sai mais beneficiado com as mexidas no IRS?

Houve uma pequena preocupação em ajustar ainda mais o 2º e 3º escalão em mais 0,5 pontos percentuais face ao que estava no OE 2024, mas onde vai incidir a redução nova, o tal choque fiscal que este Governo veio trazer nesta primeira fase de redução do IRS, é nos escalões da classe média. Há um alívio de uma classe que estava esquecida há muitos anos.

A oposição fala em ganhos residuais.

Sejamos justos e precisos na análise. O número de pessoas beneficiadas por estes 348 milhões de alívio adicional é a classe média, logo, é um conjunto mais reduzido de pessoas. Mas o valor do alívio é considerável. Mas o Governo já disse que esta é uma primeira fase e que haverá outras.

Terão impacto no crescimento da economia?

Diria que sim. Se calhar nem tanto pela medida hoje anunciada, embora mais rendimento permita mais consumo e leve a economia a mexer. Mas acho que a medida mais impactante será o IRS Jovem, que poderá ter efeito na retenção do talento. Esse sim, se for verdade o que se diz, parece-me o verdadeiro choque fiscal, com dois terços de redução do imposto para todos os jovens até aos 35 anos, independentemente da escolaridade. É um universo enorme. Para o resto da população a redução é menor, mas acresce aos 1,2 mil milhões que já vinham do anterior Governo. São boas notícias. E, depois, há as medidas prometidas para as empresas, com o corte do IRC, que é importante para alargar a competitividade da nossa economia, e outras medidas, designadamente, ao nível da derrama.

REAÇÕES POLÍTICAS

"Não há memória de um Governo, em tão pouco tempo de governação, decidir um alívio fiscal que incide sobretudo sobre a classe média."

Hugo Soares
Líder parlamentar do PSD

"O aproveitamento propositado de uma ambiguidade voluntária é, de facto, um embuste."

Alexandra Leitão
Líder parlamentar do PS

"Muito dificilmente ficará o Chega com o ónus de inviabilizar esta proposta do Governo."

André Ventura
Líder do Chega

"A redução de impostos, que foi vendida como um choque fiscal, revela uma ambição diminuta."

Rui Rocha
Presidente da Iniciativa Liberal

"A responsabilidade da redução do IRS não é deste Governo."

Mariana Mortágua
Coordenadora do BE

Chega disponível para aprovar "alívio fiscal" da AD. PS vai avaliar com "cuidado"

IIMPOSTOS Maioria dos partidos vai apresentar propostas alternativas às apresentadas pelo Governo. Ventura garante que "se o PS votar contra", o Chega não ficará com o "ónus de inviabilizar" a descida do IRS. AD propõe desagravamento maior que o previsto pelo Executivo de Costa.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

O "embuste", nas palavras do líder socialista, passou a "truque" de "poucos euros" e de "ganhos residuais". E apesar de haver um desagravamento maior, do 1.º ao 5.º escalão, do que o previsto pelo anterior Governo e descidas nas taxas do 6.º, 7.º e 8.º escalões, Pedro Nuno Santos diz que agora "percebe-se melhor por que é que o Governo da AD tentou criar o truque de incluir na sua medida" o que já estava em vigor no Orçamento do Estado do PS.

"É porque", elaborou, "a proposta" da AD "não era de nenhum grande alívio fiscal (…), os ganhos mensais que os portugueses vão ter com a medida do Governo da AD são muito irrisórios".

A estimativa do Governo de uma devolução imediata de 348 milhões por via das retenções da fonte [em junho ou julho] e de 115 milhões no próximo ano [nos acertos de liquidação do IRS], é para o líder socialista a constatação de uma falta de "esperança e ambição" porque, sustenta, "na realidade, na vida concreta, no rendimento mensal de cada português estamos a falar de poucos euros".

Dos 463 milhões de euros em IRS, que o Governo diz ir devolver em dois momentos, "os ganhos maiores com esta proposta são para quem tem melhores rendimentos", critica Pedro Nuno Santos.

"E essa é uma questão muito importante porque nós precisamos é de construir um Portugal mais justo, mais solidário. A nossa preocupação com a reforma que está no Orçamento do Estado é favorecer os trabalhadores que ganham menos e estas são duas visões diferentes da sociedade portuguesa", acusou.

E o que vai o PS fazer, dia 24, na próxima quarta-feira, na votação da proposta do Governo? O líder socialista não adiantou qualquer sentido de voto [se vai ou não dar mais um apoio "institucional" à governação da AD] nem revelou, tão pouco, se os socialistas colocarão em debate propostas alternativas como, por exemplo, o PCP, BE, IL e Chega irão fazer.

"Nós vamos ter ainda que analisar com mais detalhe porque tudo aquilo que saia deste Governo exige muito cuidado e muita cautela para não sermos enganados", afirmou Pedro Nuno Santos.

Porém, parte da análise já estará feita. Alexandra Leitão, líder parlamentar socialista, já tinha dito que "feitas as contas, 88% das medidas do PSD são, afinal, do PS". Contas feitas, há 12% para "analisar com mais detalhe" e decidir, o que parece provável, segundo fontes contactadas pelo DN, pela apresentação de propostas – o que terá de ser feito até dia 22, segunda-feira.

O Chega, que já garantiu ir apresentar uma solução de "alívio fiscal efetivo entre os 750 e os mil milhões de euros", admite votar a favor do que foi apresentado pelo Governo

3

São os euros, por mês, em média, que cada contribuinte ganha com proposta fiscal da AD. Mariana Mortágua, do BE, dividiu os 200 milhões e chegou a uma conclusão: "É uma farsa (…) é um embuste."

88

É a percentagem da proposta do Governo que a líder parlamentar do PS diz pertencer ao Governo anterior. "Se isto não é um embuste o que será?", questiona Alexandra Leitão.

"Fica claro que não alivia rendimentos mais baixos, mas incide sobre rendimentos altos e muito altos."

Paula Santos
Líder parlamentar do PCP

"Prometeram um grande choque fiscal, mas o que apresentam é apenas um toque fiscal que favorece quem mais tem."

Isabel Mendes Lopes
Líder parlamentar do Livre

"É necessário que se vá mais longe. É preciso que haja mais ambição neste pacote fiscal, que haja mais abertura."

Inês Sousa Real
Porta-voz do PAN

PS está a "analisar com mais detalhe" as propostas do Governo.

PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGENS

se nenhum outro diploma mais favorável aos contribuintes puder ser aprovado.

André Ventura apelou até ao PS para que vote a proposta do Chega [reduções nos oito escalões do IRS, mas com descidas "nunca inferiores a cinco ou dez euros"], manifestando-se disponível para aprovar iniciativas dos outros partidos, incluindo um diploma dos socialistas "se for melhor" que o do Chega.

"Esta é daquelas medidas que não me preocupa que haja coligações positivas ou negativas, estamos a falar dos portugueses ficarem com mais dinheiro na carteira, é-me indiferente quem vote a favor", garantindo logo de imediato que "não vai ser o Chega que vai impedir a descida de impostos em Portugal (...). Se o PS votar contra, terá de haver voto favorável, é um cenário que pode acontecer. Muito dificilmente ficará o Chega com o ónus de inviabilizar esta proposta".

Avançando logo para propostas de entendimento, e garantindo apoiar a AD se for necessário, Ventura critica o que chama de "remendo fiscal e desilusão fiscal" [a proposta do Governo] justificando que "quer a AD, quer o Chega tiveram as votações que tiveram com a premissa de um choque fiscal verdadeiro, e uma devolução de rendimentos efetivos já este ano".

E acrescentou outra premissa: "Estamos a dar ao PS o argumento de que não havia políticas alternativas. Não podemos estar satisfeitos, porque isto não é o que foi prometido, é uma mentira, não foi o que foi dito aos portugueses."

O presidente da IL, Rui Rocha, apesar das críticas [o "anúncio dos quatro I(s)", como lhe chamou] deixou implícito que o seu partido não votará contra as propostas do Governo.

O primeiro I é de "Incómodo", porque "a redução de impostos que foi vendida como um choque fiscal" é apenas "ambição diminuta"; o segundo I é o de "Insuficiente", porque os ganhos por mês andam entre os dois ou cinco euros; o terceiro é o da "Injustiça", porque "quem tem mais de 35 anos não vai ser abrangido por algumas medidas"; e por fim o I de "Ilusória" por não haver uma grande redução fiscal.

Mariana Mortágua que não quis antecipar o sentido de voto do seu partido – o BE também vai apresentar propostas–, insistiu no argumento do "embuste" e da "farsa que foi criada para dar uma ideia que não corresponde à realidade" e fez contas simples de dividir: "O que Montenegro faz é acrescentar 200 milhões. Na prática, se dividirmos essa quantia por todos os contribuintes estamos a falar de três euros por mês (…). E faz pior, porque mete esses 200 milhões nos escalões de cima."

O PCP, que também não revelou o sentido de voto, até porque vai apresentar propostas, falou de "um aprofundamento da injustiça fiscal" e de "uma clara intenção de fugir à questão do problema do aumento dos salários".

por Pedro Sequeira

Começou a corrida ao Ensino Superior. No público foram abertas 55 166 vagas. Os cursos de competências digitais foram os que tiveram maior reforço.

IGOR MARTINS / GLOBAL IMAGENS

ÁLVARO ISIDORO / GLOBAL IMAGENS

Passos disse em entrevista que a *troika* não confiava em Paulo Portas.

Sáb.

O ataque iraniano e a contenção israelita

O mundo estava há dias a olhar para o Médio Oriente, numa espécie de contagem decrescente até ao Irão concretizar as ameaças de atacar Israel em resposta ao bombardeamento do consulado iraniano em Damasco, na Síria. Esse momento chegou no sábado à noite, com o Irão a reclamar o direito de legítima defesa para lançar sobre Israel cerca de 350 *drones* e mísseis. Do ataque iraniano resultaram três conclusões imediatas: a tremenda eficácia do sistema de defesa israelita que, também com apoio de países aliados, conseguiu intercetar "99%" dos *drones* e mísseis de cruzeiro e balísticos de Teerão; o isolamento internacional do regime iraniano, incapaz de encontrar apoio de fundo nesta retaliação contra Israel; e o refreamento de Telavive, obrigada a gerir com pinças a resposta militar e a responsabilidade numa situação que se torne ainda mais instável no Médio Oriente, quando vive forte pressão internacional para parar os ataques na Faixa da Gaza. Ao inócuo ataque iraniano, e para não perder a face, Israel respondeu, ontem, também de forma contida. O *Washington Post*, citando fonte oficial israelita, diz que o ataque com *drones* visou, sobretudo, mostrar a Teerão a capacidade de Telavive poder atingir o centro daquele país.

Dom.

Reforços de vagas a pensar nas competências digitais. E o resto?

São ao todo 55 166 as vagas disponíveis no próximo concurso de acesso ao Ensino Superior público, mais 158 que no ano passado. Em dois dos cursos essenciais para, no futuro, se reforçar setores-chave do Estado Social – Medicina e Educação Básica (onde são formados professores do 1.º ao 6.º ano de escolaridade) – os aumentos são tímidos (mais 13 e 38 vagas, respetivamente), tendo o maior reforço de lugares incidido em cursos de competências digitais (mais 252), algo que vai ao encontro do desejo de estimular a transição digital no país, e que também tem toda a lógica tendo em conta as dinâmicas atuais do mercado de trabalho em que o conhecimento tecnológico ganha importância a cada segundo que passa. O próximo Regime Geral de Acesso será também o primeiro sob a tutela do novo Governo da AD, que decidiu abdicar de um ministério próprio para o Ensino Superior, atribuindo-lhe apenas uma secretaria de Estado. É cedo para perceber se a mudança terá algum impacto prático na atividade de Universidades e Politécnicos, mas, por muito *spin* comunicacional que se faça, o primeiro sinal dado não deixa de ser o de alguma desvalorização. Isto quando sobravam razões para melhor cuidar deste setor, nomeadamente com políticas integradas que pudessem aumentar as hipóteses de reter no país os jovens recém-formados e que dessem uma resposta mais rápida àquele que é, hoje, o maior desafio dos estudantes deslocados: encontrar um simples quarto onde possam ficar com um preço que possam pagar.

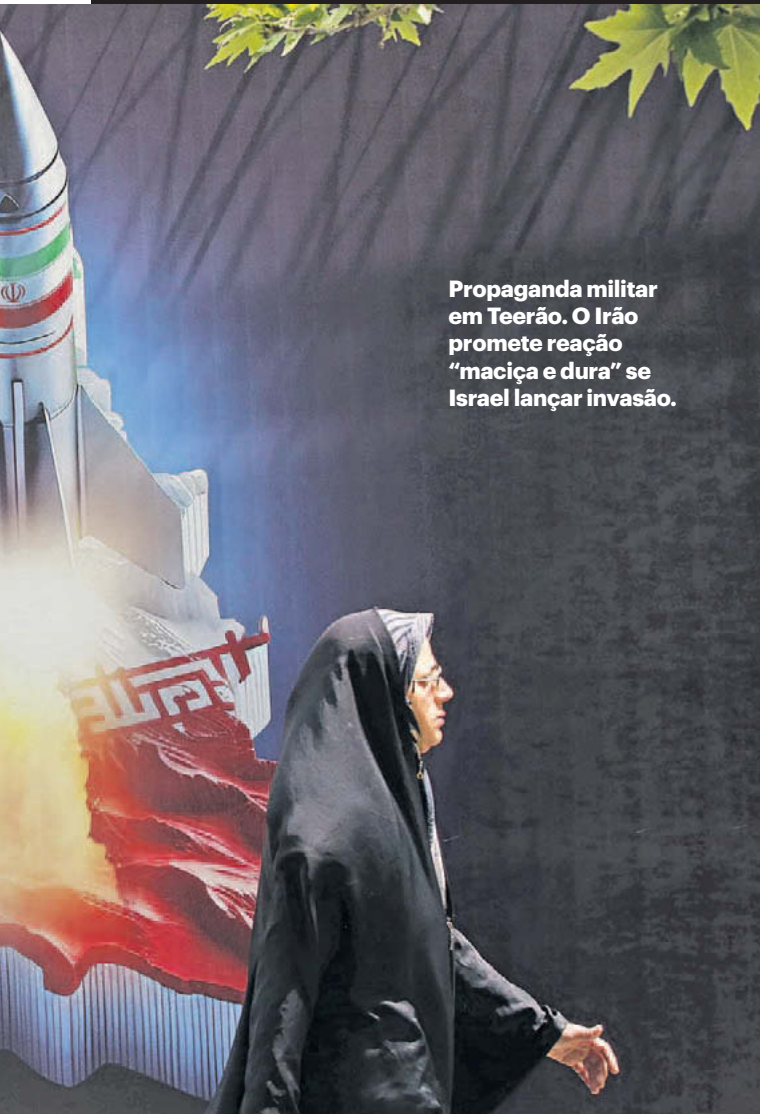
2.ª

Passos vai fazendo caminho e não poupa palavras

Passos Coelho voltou a agitar as águas no campo da direita nacional. Na campanha da AD, foi a relação que estabeleceu entre imigração e insegurança (e que não encontrava suporte nas estatísticas oficiais) a colocar a coligação liderada pelo PSD debaixo de fogo. Na semana passada, reapareceu na esfera pública para apresentar o livro *Identidade e Família* e logo as suas declarações foram aproveitadas pelo Chega para este partido reforçar a proximidade de ideias com o antigo primeiro-ministro e reafirmar o seu apoio a Passos no caso de uma futura candidatura presidencial (André Ventura fez questão de estar na apresentação, sendo fotografado ao lado do "amigo" Passos, numa plateia sem governantes sociais-democratas – o único ministro presente foi Nuno Melo, líder do CDS). Agora, em entrevista à rádio Observador, veio notar a "muito evidente preocupação" de Luís Montenegro "nos últimos tempos" em se "desconectar do seu passado" como líder parlamentar do PSD durante a governação passista. E, sobretudo, desferiu um violento ataque político a Paulo Portas, ex-líder do CDS que foi seu ministro de Estado e que tem sido apontado como possível candidato do centro-direita à sucessão de Marcelo. A estrada para o regresso de Passos à ribalta política já está a ser percorrida. O destino final ainda não é claro. Mas promete colocar em sobressalto quem se lhe atravessar ao caminho.

3.ª

Leão de rugido forte e muitos milhões na forja

Mais de dois meses depois de um protesto de polícias ter impedido a realização do jogo, Famalicão e Sporting acertaram, finalmente, o calendário da I Liga e o resultado – 0-1, golo de Pedro Gonçalves – colocou os leões com mão e meia na taça de Campeão Nacional. Nesta altura, a cinco jornadas do fecho do Campeonato, a equipa de Rúben Amorim tem sete pontos de vantagem em relação ao Benfica, pelo que só uma hecatombe nesta ponta final impedirá os leões de celebrarem, pela 20.ª vez, a conquista do título. A época do Sporting tem sido notável. Amorim, que já tinha feito história logo na época de estreia em Alvalade (2020/21), guiando o Sporting até ao triunfo na Liga (algo que lhe fugia desde 2001/02), voltou a comprovar que é um dos mais competentes treinadores da atualidade e a espevitar o interesse de grandes clubes europeus (tudo aponta que o Liverpool seja o seu próximo desafio). A saída de Amorim será sempre um grande rombo no projeto leonino. A boa notícia é que, desta vez, o Sporting fica com todas as condições financeiras para se tornar ainda mais competitivo. Aos milhões da entrada direta na *Champions* (reforçados na próxima época), podem juntar-se eventuais transferências milionárias de jogadores que muito se valorizaram esta época, com o sueco Viktor Gyökeres à cabeça e, pelo menos, os centrais Gonçalo Inácio (22 anos) e Diomande (20) numa segunda linha de jovens atletas muito cobiçados. O rugido do leão está forte. E tem tudo para continuar assim.

Propaganda militar em Teerão. O Irão promete reação "maciça e dura" se Israel lançar invasão.

EPA / ABEDIN TAHERKENAREH

Fotografia "comovente" de Mohammed Salem foi eleita pelo *World Press Photo*, entre 61 062 inscrições de 3851 fotógrafos de 130 países.

MOHAMMED SALEM / WORLD PRESS PHOTO FOUNDATION

Ritual foi cumprindo em Atenas, na Grécia. A Chama Olímpica foi acesa e já está a caminho de Paris.

ARIS MESSINIS / AFP

Montenegro apresentou medidas fiscais.

FILIPE AMORIM / LUSA

MIGUEL PEREIRA / GLOBAL IMAGENS

Festa de Pedro Gonçalves e Daniel Bragança em Famalicão. O Sporting soma e segue no topo do Campeonato.

4.ª

A 100 dias dos Jogos maior preocupação é o terrorismo

A 100 dias do arranque dos Jogos Olímpicos de Paris a ameaça de ataques terroristas está no topo das preocupações da entidade organizadora e das autoridades francesas, que já admitem uma mudança radical nos planos para a cerimónia de abertura. Está previsto que esta se realize, pela primeira vez, ao ar livre, nas margens do Rio Sena. Inicialmente, a ideia era que 600 mil pessoas pudessem assistir ao evento, mas o número já foi entretanto reduzido para metade. No entanto, em função do risco de atentados (que aumentou desde que o Estado Islâmico-Khorosan atacou o Crocus City Hall, em Moscovo), a França elevou para o máximo o nível de alerta e Emmanuel Macron já veio reconhecer a existência de planos alternativos para a cerimónia, incluindo um em que esta se realize no interior do Stade de France, num formato convencional, mas que facilita o controlo da operação de segurança. Com a Chama Olímpica já a caminho da capital francesa, os parisienses preparam-se para constrangimentos vários na circulação, rede de transportes e outros serviços. A soma de todos os problemas faz com que apenas 53% dos franceses mostrem interesse pela realização dos JO no país, segundo uma sondagem do *La Tribune Dimanche* publicada no último domingo. Portugal tem nesta altura 40 atletas qualificados para Paris2024 (menos do que estiveram em Tóquio2020) e a ambição de conquistar quatro medalhas.

5.ª

Saly nos braços da tia. Um símbolo da tragédia em Gaza

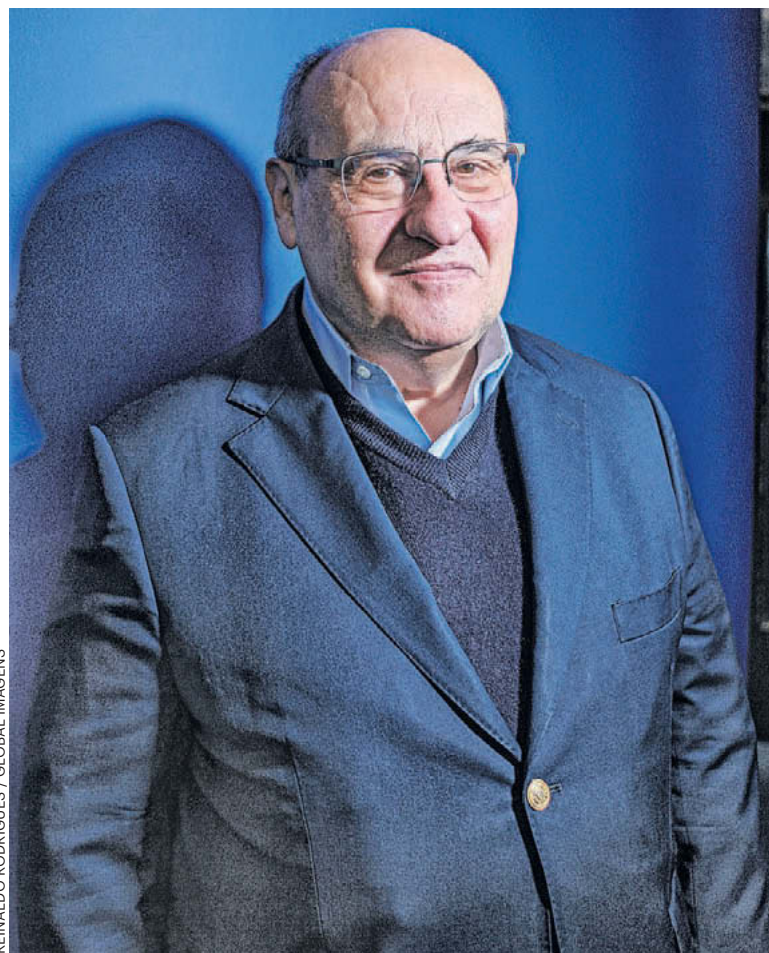
"Um argumento incrivelmente poderoso a favor da paz." Foi desta forma que Fiona Shields, presidente do júri do *Prémio World Press Photo*, se referiu à imagem captada pelo repórter Mohammed Salem e que mostra uma mulher a segurar o corpo da sobrinha, Saly, de 5 anos, na morgue de um hospital em Kahn Younis, na Faixa de Gaza. A criança, a mãe e uma irmã morreram após a casa onde viviam ser atingida por um míssil israelita. A fotografia foi feita a 17 de outubro, dez dias após o ataque terrorista do Hamas, em Israel, ter dado origem a uma violenta resposta militar em Gaza, que dura até hoje e que tem merecido uma crescente condenação internacional face à crise humanitária que se vive na região, onde faltam alimentos, energia, medicamentos e água potável. Saly é uma das quase 14 mil crianças (número avançado pela Unicef) que morreram no território palestiniano desde o início do conflito. Esta quinta-feira, dia em que foi conhecido o vencedor do *World Press Photo*, o português António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, voltou a defender o fim da ocupação israelita e a apelar a Telavive para facilitar a entrada de ajuda em Gaza, denunciando que na semana de 6 a 12 de abril mais de 40% dos pedidos feitos pela ONU foram recusados, quando "é preciso um salto quântico na ajuda humanitária aos palestinianos".

6.ª

Redução no IRS volta a dividir Governo e PS

O Conselho de Ministros aprovou a proposta de lei que reduz as taxas do IRS até ao 8.º escalão. A apresentação das medidas esteve a cargo do próprio primeiro-ministro. Segundo as contas de Luís Montenegro, a "diminuição estimada pelo Governo tem um valor global que perfaz face a 2023 uma redução de 1539 milhões de euros" no imposto, um total que resulta dos 1191 milhões em vigor desde janeiro (com o início da execução do Orçamento do Estado do Executivo de António Costa) e de redução adicional de 348 milhões que a AD acrescentou. "Esta é uma política de estímulo ao trabalho, não é uma atitude isolada, nós queremos que os portugueses sintam alívio na sua carga fiscal. A primeira medida fiscal do Governo sinaliza isso mesmo, mas vamos ter outras", afirmou Montenegro. O líder da oposição, Pedro Nuno Santos, diz que "os ganhos maiores com esta proposta são para quem tem melhores rendimentos", criticando a falta de ambição do Governo. O debate parlamentar e votação deste alívio fiscal está marcado para 24 de abril.

REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

IGOR MARTINS / GLOBAL IMAGENS

António Vitorino é muito provável na lista do PS e Rui Moreira praticamente certo na lista da AD.

PSD e PS decidem listas europeias renovadas e com menos elegíveis

ELEIÇÕES Expectativa de resultados aquém de 2019 dificulta escolhas que os dois principais partidos vão tomar na segunda-feira. Rui Moreira e António Vitorino devem ser cabeças de lista.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

É já na segunda-feira, sete dias antes de terminar o prazo legal, que PSD e PS decidem os seus candidatos ao Parlamento Europeu. Tudo indica que a Aliança Democrática, com os sociais-democratas coligados com o CDS-PP e o PPM, terá a lista encabeçada pelo atual presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, enquanto os socialistas devem apostar no ex-comissário europeu António Vitorino.

Confirmando-se as indicações recolhidas pelo DN junto dos principais partidos, Moreira (que cumpre o terceiro mandato no Porto, à frente de um movimento independente) e Vitorino competirão pelos votos dos portugueses com Tânger Corrêa (Chega), João Cotrim de Figueiredo (Iniciativa Liberal), Catarina Martins (Bloco de Esquerda) e João Oliveira (PCP), estando por definir os cabeças de lista do PAN e do Livre, que realiza a segunda volta das suas primárias neste fim-de-semana. E juntou-se ao rol de aspirantes Joana Amaral Dias, independente que será cabeça de lista pelo ADN, embalado por 102 132 votos nas legislativas.

Além da escolha do cabeça de lista, com Moreira tido como certo, o Conselho Nacional do PSD, que vai decorrer na segunda-feira, em Lisboa, tem a difícil missão de distribuir um número limitado de lugares elegíveis. Em 2019, os sociais-democratas tiveram seis, sendo Lídia Pereira a única a cumprir o mandato inteiro, com Carlos Coelho a juntar-se-lhe após a renúncia de Álvaro Amaro. Aquando da posse do Governo de Luís Montenegro, Paulo Rangel, Maria da Graça Carvalho e José Manuel Fernandes assumiram pastas ministeriais, e Cláudia Monteiro de Aguiar tornou-se secretária de Estado, sendo os quatro substituídos nos últimos meses da legislatura. O mesmo sucedeu ao líder do CDS-PP, Nuno Melo, atual ministro da Defesa.

> Os socialistas elegeram nove eurodeputados em 2019 e nem os mais otimistas ignoram que o resultado deverá ser mais modesto a 9 de junho.

Estarão garantidos na lista da AD o vice-presidente social-democrata Paulo Cunha, próximo de Montenegro, e Lídia Pereira, recém-eleita vice-presidente do Partido Popular Europeu. Com o quarto lugar reservado para o CDS-PP, que deve indicar a ex-deputada Cecília Meireles ou a dirigente nacional Raquel Paradela Faustino, podem sobrar só mais um ou dois lugares elegíveis, sobretudo se o Chega obtiver um resultado semelhante ao das legislativas – o que torna incerta a reeleição de Carlos Coelho, pois a lógica das listas prevê representantes das Distritais de Lisboa e do Porto, e ainda das estruturas Regionais dos Açores e Madeira.

Já no caso do PS, que reúne a Comissão Política na segunda-feira, no Largo do Rato, está em causa o grau de renovação. Maria Manuel Leitão Marques, Margarida Marques e Carlos Zorrinho podem não regressar, Sara Cerdas foi desviada para as eleições regionais da Madeira e mesmo Pedro Silva Pereira não é tido como garantido. Em sentido contrário, os ex-ministros Ana Catarina Mendes e Fernando Medina (que teve quem o defendesse como cabeça de lista) podem ter lugar de destaque e o ainda líder do PS-Açores Vasco Cordeiro também pode ser incluído numa lista em que não pode faltar um representante do Porto. Certo é que os socialistas elegeram nove eurodeputados em 2019 e nem os mais otimistas ignoram que o resultado deverá ser mais modesto a 9 de junho.

Eurodeputados eleitos em 2019

PS (9)
- Pedro Marques
- Maria Manuel Leitão Marques
- Pedro Silva Pereira
- Margarida Marques
- André Bradford*
- Sara Cerdas
- Carlos Zorrinho
- Isabel Santos
- Manuel Pizarro*

PSD (6)
- Paulo Rangel*
- Lídia Pereira
- José Manuel Fernandes*
- Maria da Graça Carvalho*
- Álvaro Amaro*
- Cláudia Monteiro de Aguiar*

BLOCO DE ESQUERDA (2)
- Marisa Matias*
- José Gusmão

PCP (2)
- João Ferreira*
- Sandra Pereira

CDS-PP (1)
- Nuno Melo*

PAN (1)
- Francisco Guerreiro**

*Não cumpriram o mandato até ao fim, cedendo o lugar a Isabel Carvalhais e João Albuquerque (PS), Carlos Coelho, Ana Miguel dos Santos, Teófilo Santos, Vânia Neto e Ricardo Morgado (PSD), Anabela Rodrigues (BE) João Pimenta Lopes (PCP) e Vasco Becker-Weinberg (CDS-PP)
**Deixou o PAN e manteve-se no Parlamento Europeu como não-inscrito.

Centristas reunidos em Viseu para celebrar regresso ao poder

CONGRESSO Nuno Melo quer aproveitar ida para Governo e Parlamento para mobilizar o partido para as europeias. E passar a mensagem de que o CDS-PP marca a diferença.

O regresso do CDS-PP ao Governo, após mais de oito anos de Executivos socialistas, e à Assembleia da República, onde deixara de ter deputados na sequência das legislativas de 2022, marcará a primeira intervenção do líder centrista, Nuno Melo, no *31.º Congresso* do partido, que decorre ao longo deste fim de semana em Viseu.

O agora ministro da Defesa Nacional, que negociou com o líder social-democrata Luís Montenegro a Aliança Democrática, vai dirigir-se no final da manhã aos congressistas presentes no Pavilhão Cidade de Viseu. E irá defender os resultados da estratégia seguida desde há dois anos, quando o então eurodeputado foi eleito presidente do CDS-PP.

O acordo com o PSD, que garantiu dois lugares elegíveis nas listas da Aliança Democrática para as legislativas de 10 de março – o vice-presidente Paulo Núncio foi eleito por Lisboa e Nuno Melo pelo Porto, num mandato assumido por João Almeida –, também permitiu que o presidente do CDS-PP se tornasse ministro, com os seus vice-presidentes Álvaro Castelo Branco e Telmo Correia secretários de Estado Adjunto e da Defesa Nacional e da Administração Interna, respetivamente.

Agora é hora de mobilizar o partido para os desafios das Regionais da Madeira e das europeias, tal como sublinhar as áreas em que o CDS-PP marca a diferença, que serão o tema da segunda intervenção de Melo no *31.º Congresso*, ao qual não irão dois antecessores na liderança: Assunção Cristas e Francisco Rodrigues dos Santos.

Para o domingo fica a eleição dos órgãos dirigentes do CDS-PP para o próximo biénio, sendo incerto que surja uma lista da oposição. **L.R.**

Partidos divergem sobre meios de combate à corrupção

JUSTIÇA Reuniões com Rita Júdice e Pedro Duarte realçam diferenças. PS alerta para o risco de inconstitucionalidade em medidas defendidas pelo PSD e pelo Chega.

As reuniões da ministra da Justiça, Rita Júdice, e do ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, realizadas ontem com vários partidos, com vista à implementação de um pacote de medidas de combate à corrupção no prazo de 60 dias, mostrou pontos em comum, mas também divergências quanto aos métodos.

A líder parlamentar do PS, Alexandra Leitão, manifestou-se disponível para um consenso político sobre combate à corrupção, designadamente quanto ao *lobbying* e pegada legislativa, mas advertiu para riscos de inconstitucionalidade em temáticas como o confisco e enriquecimento ilícito. "Este último já foi objeto de acórdãos do Tribunal Constitucional", apontou.

Pelo contrário, o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, adiantou que a sua bancada irá dar prioridade à regulamentação do *lobbying* e à criminalização do enriquecimento ilícito. "A corrupção mina a credibilidade das instituições políticas e a confiança dos cidadãos nas instituições", disse.

Pelo Chega, Cristina Rodrigues disse esperar que o processo legislativo anticorrupção lançado pelo Governo "não seja só propaganda" e que se tomem medidas como aumentar os prazos de prescrição dos crimes de corrupção e o confisco de bens. Para tal entregou propostas do partido ao Governo.

Também o PAN entregou propostas para o combate à corrupção e defendeu a necessidade de envolver a academia no futuro processo legislativo, sem que o Governo tenha dado o calendário de novos encontros. Realçada foi a necessidade de estudar a pegada legislativa. "É preciso saber-se com quem os governantes e legisladores se sentam", disse Inês de Sousa Real. **DN/LUSA**

Opinião
Viriato Soromenho-Marques

A herança traída de Immanuel Kant

A 22 de abril passam 300 anos sobre o nascimento de Immanuel Kant (1724-1804). Prussiano, viveu como professor na Universidade de Königsberg, hoje a cidade russa de Kaliningrado. A sua obra pertence a uma galáxia superior do espírito. Na história da Filosofia ocidental, ele figura ao lado de uma reduzida minoria: Platão, Aristóteles, São Tomás de Aquino, Espinosa…

Desde a sua morte, milhares de estudiosos têm-se dedicado à interpretação do seu pensamento, mas é uma tarefa inacabável (e para os apressados, uma proeza impossível…). Portugal não está ausente da sua obra. Dedicou três pequenos ensaios ao terramoto de Lisboa de 1755 (publicados em 1955 pela CM de Lisboa). Nos seus estudos de Geografia menciona a orografia portuguesa, e outros territórios, na altura colonizados por Lisboa. Muitos anos antes das Invasões Francesas, Kant previu que tal iria suceder, numa impecável análise geoestratégica.

Kant foi o filósofo da paz, por excelência. Não da paz de um pacifismo débil e fantasista, mas da paz como tarefa e objetivo central da História Europeia e Mundial. Ao contrário de outros pensadores do seu tempo, e do século XIX e XX, Kant não escolheu como alfa e ómega do progresso humano a inventividade tecnológica. As guerras do século XVIII já eram suficientemente sangrentas para ele antecipar a possibilidade de carnificinas muito maiores. A sua aposta não foi no domínio da Natureza pela técnica, mas no autodomínio das forças autodestrutivas que se agitam no seio da alma humana.

Para isso, a Humanidade tinha alguns instrumentos, incapazes de dar garantia de sucesso, mas impossíveis de não serem tentados. Kant apostava na tese de que a paz só seria possível se os Estados retirassem a faculdade de fazer a guerra aos monarcas, ou a uma elite que dela tirasse proveito próprio.

Para tal era defensor da generalização de Constituições Republicanas, de regimes representativos com separação de poderes, que dessem ao povo, de onde saem sempre os solados e as vítimas da guerra, uma voz na decisão de seguir o caminho da diplomacia ou das armas.

> "Kant ensinou-nos que só a força da razão edifica e constrói a paz. O Ocidente, que o deveria honrar, prefere a paz dos cemitérios, a razão da força desmesurada e bruta das armas."

Mas era preciso ir mais longe. Os Estados deveriam constituir-se numa organização internacional, que Kant batizou de vários modos: "Liga dos povos", "união de Estados", "Congresso permanente de Estados". Não se tratava de uma federação, como os EUA. Ainda menos de um Estado mundial. O que Kant propunha aproxima-se das duas organizações internacionais para prevenir a guerra, criadas no século XX (a SDN e a ONU). Só através da garantia da paz internacional seria possível realizar "por inteiro uma doutrina do direito dentro dos limites da simples razão" (Kant, 1797).

A Europa nada aprendeu com as duas Guerras Mundiais por ela causadas. A NATO foi criada para defesa contra a URSS. Depois desta se ter dissolvido pacificamente, em 1991, a NATO não só permaneceu como se alargou e globalizou. Desprezando os protestos da Rússia, a aliança bélica alargou-se por 5 vezes, estendendo-se a mais 14 países.

A Ucrânia começou a arder em 2014, com o derrube de um Governo legítimo. A guerra de 2022 só foi um acaso para os distraídos, ou para quem está com má-fé. Perante o terror que o Estado de Israel exerce na região, e a crueldade das IDF em Gaza, a UE e os EUA apoiam incondicionalmente o regime brutal de Telavive. Kant ensinou-nos que só a força da razão edifica e constrói a paz. O Ocidente, que o deveria honrar, prefere a paz dos cemitérios, a razão da força desmesurada e bruta das armas.

Professor universitário

Gert Biesta

“Ambição da Educação deveria ser encorajar as crianças e os jovens a tornarem-se indivíduos democráticos”

ENSINO Pedagogo, professor e pensador do fenómeno da Educação, o neerlandês Gert Biesta esteve em Portugal, a 19 de abril, como convidado da conferência *Futuros da Educação*, iniciativa promovida pela Cátedra UNESCO. Oportunidade para, com o professor de Teoria Educacional e Pedagogia na Universidade de Edimburgo, na Escócia, tocarmos em questões que lhe são gratas: ensino, formação de professores, currículo, cidadania e democracia. A uma educação mensurável, previsível e padronizável, Biesta contrapõe com a autonomia, resistência e empatia.

ENTREVISTA **JORGE ANDRADE**

Na conferência que trouxe a Lisboa olhou criticamente para o futuro da Educação. Critica os que enfatizam a importância da continuidade e os que defendem uma mudança radical. Há um outro futuro entre estes dois polos?
Sobre essa questão recordo as palavras do educador americano George Counts, que afirmou ser conservador porque acreditava na conservação de ideias radicais. Preocupo-me com as pessoas que argumentam que a Educação precisa de inovação constante. Afinal, o que é novo não é automaticamente melhor. Preocupo-me com as pessoas que querem levar a Educação ao encontro de algum tipo de passado romântico, em que os professores tinham autoridade e os alunos simplesmente faziam o que lhes era ordenado. Se tal passado alguma vez existiu, foi um passado muito cruel para os alunos, e provavelmente também para muitos professores e, definitivamente, não é o passado de que precisamos. Que tipo de mudança é necessária, e onde precisamos de trabalhar contra a mudança, depende criticamente do que consideramos ser o objetivo da Educação. Em meu entender tudo isto tem a ver com a democracia.

“Preocupo-me com as pessoas que argumentam que a Educação precisa de inovação constante. Afinal, o que é novo não é automaticamente melhor.”

A palavra “resistência” é importante no seu trabalho. A que resistência se refere?
Julgo que é importante que as crianças e os jovens tenham muitas oportunidades de trabalhar com o que, no currículo inglês, é conhecido como “materiais resistentes”, ou seja, madeira, metal, pedra, argila, entre outros. Ao trabalhar com estes materiais, ao jovem é-lhe permitido perceber que nem todas as ideias que tem sobre o que gostaria de fazer são, realmente, possíveis. Mostra-lhe, desta forma, os limites do seu pensamento e a necessidade de dialogar com um mundo que é real. Desta forma, impõe limites ao que pode fazer com essa realidade. Esta é uma experiência educativa importante, mas também uma lição básica de convivência democrática. O artesanato e as artes são importantes campos de prática. Mas, pode experimentar o mesmo, por exemplo, na Matemática ou nas Ciências, se tiver professores que entendam a importância educativa da resistência. Há também a necessidade de os pais oferecerem resistência aos desejos dos seus filhos, porque se dissermos sim a tudo o que eles pedem e desejam iremos transformá-los em crianças mimadas, em vez de os ajudarmos a perceber que nem tudo o que é desejado é realmente desejável.

Critica a excessiva instrumentalização da Educação, enfatizando a importância da formação de sujeitos críticos e autónomos. A que instrumentalização se refere?
A instrumentalização da Educação passa pela ideia de que as escolas, faculdades e universidades devem apenas fazer o que a sociedade e o Governo querem que façam. Por exemplo, produzir uma força de trabalho qualificada ou transformando crianças e jovens em cidadãos obedientes. Isto não quer dizer que a Educação não tenha aqui um papel a desempenhar, mas se isto é tudo o que esperamos da escola, então as crianças e os jovens são vistos apenas como objetos que precisam de ser treinados e influenciados, e esquecemos que também precisamos de ajudá-los a conduzir a própria vida. Como educadores, deveríamos, por outras palavras, preocupar-nos também com a liberdade dos nossos alunos e com o desafio que se lhes coloca: o de usarem bem a sua liberdade. Isto tem algo a ver com uma preocupação com a autonomia, desde que não pensemos que autonomia significa estar desconectado dos outros seres humanos e apenas fazer o que se quer. O desafio passa, antes, por viver a sua própria vida de tal forma que haja espaço para que as outras pessoas vivam também a sua vida, o que exige, sempre, compromissos e limitações. A ambição da Educação deveria ser, portanto, encorajar as crianças e os jovens a tornarem-se indivíduos democráticos, o que não é uma tarefa nada fácil, mas é muito importante.

Como podemos garantir que a Educação não se torna

REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS

simplesmente um meio para fins utilitários? Por exemplo, como referiu, responder apenas à procura do mercado de trabalho.
Significa que nós, enquanto acadêmicos e também como educadores, precisamos de oferecer resistência às tendências de fazer da Educação apenas um instrumento ao serviço de interesses terceiros. É aqui que a escola tem o "dever de resistir", como referiu o acadêmico francês Philippe Meirieu. A questão-chave, claro, é em que base podemos oferecer tal resistência. Para isso, pode ser útil observar que a escola vive, na verdade, numa realidade dupla. Por um lado, responde a uma função das sociedades modernas que surgiu quando a vida quotidiana começou a perder a sua qualidade educativa: quando o trabalho passou de casa para escritórios e fábricas, por exemplo. Mas a escola é também o tempo que dedicamos a que uma nova geração possa conhecer o mundo e encontrar a sua relação com o mundo. E disponibilizamos este tempo porque queremos dar aos jovens a oportunidade, julgo que honesta, de entrarem na sua própria vida. Vem a propósito disto recordar que a palavra grega "escola" significa, na verdade, "tempo de ócio", tempo que ainda não foi tornado produtivo, ainda não-reivindicado por outras forças.

"A instrumentalização da Educação passa pela ideia de que as escolas, faculdades e universidades devem apenas fazer o que a sociedade e o Governo querem que façam."

Destaca a importância da relação entre professor e aluno como fundamental para uma educação de qualidade. Como pode o professor equilibrar a transmissão de conhecimentos aos alunos com o estímulo ao seu pensamento crítico e à autonomia?
Na verdade, penso que a Educação implica sempre uma relação triádica entre professor, aluno e o mundo, e que o gesto básico da Educação é voltar a atenção dos alunos para o mundo. E, neste contexto, o mundo não é apenas um "objeto" ou "área" sobre o qual se pode adquirir conhecimento. O mundo também coloca questões que nos são endereçadas. Precisa do nosso cuidado, por exemplo. Não pode ser apenas um objeto para fazermos o que quisermos. Aliás, a crise ecológica tornou esta questão muito visível. Mais do que autonomia e pensamento crítico, talvez haja um trabalho a fazer na tentativa de sensibilizar os nossos alunos para as questões que o mundo natural e social nos endereça. Chamo a isto uma Educação centrada no mundo.

"Em vez de empoderarmos, precisaríamos, realmente, de trabalhar no oposto, o que poderíamos chamar de desarmamento: uma capacidade de permanecermos abertos e sensíveis."

Onde se situa a escola entre a necessidade de responder às demandas da sociedade e a necessidade de preservar-se desta?
Devemos reconhecer que a escola tem um "trabalho" importante a fazer no contexto da sociedade. Este trabalho, que se relaciona com proporcionar às crianças e aos jovens compreensão, competências e orientação no mundo, é importante e precisa de ser bem realizado. Mas, como se percebe a partir do que referi anteriormente, isto não é tudo o que compete às escolas. A escola também tem a sua própria "preocupação", a de cuidar de oferecer às crianças e aos jovens uma oportunidade justa para seguirem com as suas vidas, com a sua própria independência, rumo a iniciativas e a responsabilidades. Equilibrar estas duas exigências é bastante difícil, também porque as escolas estão sob muita pressão inútil para garantir que os seus alunos tenham avaliações "altas" em conhecimentos e competências mensuráveis. Esta pressão, que é intensificada por sistemas ridículos como o PISA da OCDE, esquece que o conhecimento e as competências nunca são um objetivo em si, mas sim um meio de equipar as crianças e os jovens para a sua própria vida ponderada, significativa, responsável e democrática.

A sua teoria sobre a "emancipação" na Educação destaca a importância de capacitar os alunos para se tornarem agentes de mudança. Como pode isto ser realizado na prática educativa?
Na verdade, não sou fã da linguagem do empoderamento e também não tenho a certeza sobre a mudança, porque às vezes o que é necessário é lutar contra a mudança, se essa mudança estiver a piorar as coisas. O problema do empoderamento é que ele evoca a imagem de crianças e jovens a ganharem mais poder, mas o principal desafio não é, ou não é apenas, obter mais poder. É muito mais importante ser-se capaz de julgar o que fazer com esse poder. Podemos ver isto à escala global, com políticos muito poderosos que usam o seu poder de formas horríveis. Portanto, o julgamento é, talvez, uma qualidade ainda mais importante a ser abordada. Um julgamento democrático que se concentra no valor de viver a vida na pluralidade e na diferença ou, se quiser, viver a vida com uma orientação para a igualdade e para a paz. Em vez de empoderarmos, precisaríamos, realmente, de trabalhar no oposto, o que poderíamos chamar de desarmamento: uma capacidade de permanecermos abertos e sensíveis.

Há inúmeros argumentos a favor da tecnologia e de como esta remodela radicalmente a Educação. No entanto, é crítico em relação ao papel da tecnologia na Educação. Considera que a escola não precisa das tecnologias?
Diria que a escola é, em si, uma tecnologia – a escola é artificial. O currículo, os livros didáticos, a organização das escolas em turmas e turmas anuais, são tecnologias que utilizamos para fazer a Educação acontecer. O desafio das tecnologias é que devem ser vistas como meios, mas muitas vezes tornam-se fins em si mesmas. Não há nada de errado num bom livro didático, mas se pensarmos que a Educação consiste em memorizar o conteúdo desse livro e passar num teste, então o livro didático torna-se um fim em si mesmo. Julgo que este é um perigo ainda maior com as tecnologias "digitais" contemporâneas, porque muitas vezes parecem muito tentadoras e trazem grandes promessas. Por causa disso, podemos rapidamente esquecer que na Educação tudo começa com aquilo que procuramos – o objetivo e o propósito da Educação – e é apenas em função disso que podemos decidir que tipo de tecnologias podem ser úteis e significativas. Face a isto, sou muito crítico em relação às tecnologias modernas, talvez ainda mais porque muitas pessoas esquecem-se de fazer as perguntas educativas e pensam apenas que a tecnologia deve ser usada porque está disponível.

O Ciclo de Conferências Futuros da Educação *prossegue a 3 de maio com a presença em Portugal de Arjun Appadurai, antropólogo indiano, notabilizado por trabalhos sobre a modernidade e a globalização.*
O encontro decorre no Auditório Emílio Rui Vilar da Culturgest, às 15.00 horas de Lisboa (com transmissão em direto no canal YouTube da UNESCO Brasil – 11.00 horas em Brasília).
A sessão conta com moderação de António Sampaio da Nóvoa, doutor em Educação e em História.

LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS

PS e Bloco defendem AIMA, mas reconhecem a falta de meios

IMIGRAÇÃO Aumentam as críticas ao trabalho da Agência para as Migrações, Integração e Asilo (AIMA). Bloco de Esquerda, que apoiou criação, reconhece que "há muito ainda a ser feito".

TEXTO **AMANDA LIMA**

A pressão sobre o atendimento da Agência para as Migrações, Integração e Asilo (AIMA) está a aumentar. Prestes a completar seis meses de atividade, cresce a insatisfação dos imigrantes com a falta de vagas, o atraso no envio dos documentos renovados e as contradições sobre o título da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nos últimos meses, diversos protestos foram realizados, especialmente pela dificuldade em contactar a agência. As críticas vão desde aqueles que são o propósito da AIMA, estrangeiros que vivem em Portugal, até associações representativas e advogados.

O DN sabe que, neste momento, são apenas 70 funcionários para atendimento ao público nos balcões espalhados pelo país. A insatisfação ocorre mesmo entre os funcionários e muitos pediram mobilidade – recusada para já, mas que pode ser solicitada novamente em breve e sem possibilidade de recusa pela segunda vez.

Artur Girão, presidente do sindicato que representa os funcionários, reconhece a necessidade de investimento em pessoal, mas pontua as dificuldades de contratação no serviço público. Girão avalia que a AIMA é um "bebé" – discurso que é recorrente entre funcionários, sabe o DN. "É um bebé que está a crescer, vai precisar aqui de algum apoio, precisava-se, afinal, de ter um bocadinho menos de pressão sobre ela para poder crescer e desenvolver-se, mas as circunstâncias são o que são", explica.

SEF "não tinha sentido"
O Bloco de Esquerda foi o partido que, na altura, viabilizou a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a criação de uma agência de caráter "humanista".

O deputado bloquista Fabian Figueiredo diz que o modelo anterior estava "esgotado e não faz nenhum sentido". Ao mesmo tempo, afirma que é real a falta de meios e os processos "excessivamente burocráticos". Figueiredo defende a simplificação dos processos e melhorias ainda neste ano. "É preciso que nesta legislatura se resolva [o problema], que tenha uma boa concretização", argumenta. O parlamentar também não esconde a discordância com a política do atual Governo e espera que "não queiram recuar" neste campo.

> Agência precisa de "menos pressão para crescer e desenvolver-se, defende Artur Girão, presidente do sindicato dos funcionários.

Os planos do PSD para a área ainda não estão pormenorizados, conforme já relatou o DN em reportagens anteriores. A visão é a mesma de Eduardo Cabrita, ex-ministro da Administração Interna. Ao DN, diz que "ainda não percebeu" quem no novo Governo tem a responsabilidade pela política de migrações e nem "qual a posição sobre a separação clara entre o controlo de fronteiras e o tratamento das questões administrativas relativas a refugiados e migrantes decidida pela Assembleia da República". De facto, o novo Governo decidiu não dedicar nenhuma Secretaria de Estado para as migrações.

"Existe um plano"
Susana Amador, antiga deputada do PS, avalia que o trabalho da AIMA "está a corresponder às expectativas daquilo que se previa" e que toda a reforma foi pensada. "Levou mais tempo do que se previa, por conta da pandemia e questões eleitorais", diz.

> "É um trabalho difícil e muito exigente", define Susana Amador, ex-deputada do PS que acompanhou todo o processo de criação da AIMA.

Por outro lado, Susana Amador destaca que é necessário "reforçar os recursos humano, a componente material e tecnológica", mas que isso foi dito "desde o início".

Na altura de criação da AIMA, não houve o reforço de profissionais, porém um concurso está em andamento para contratação de técnicos, assistentes operacionais e especialistas em sistemas de tecnologia.

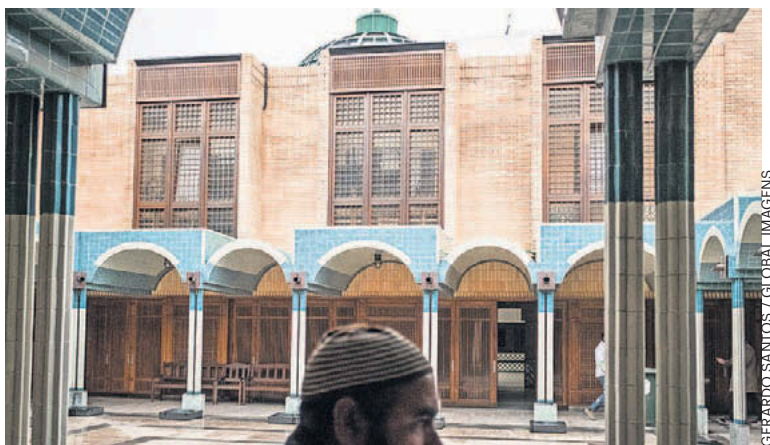
De acordo com a dirigente do PS, as medidas estão a seguir um plano que existe. "É um plano calendarizado, ao longo de 2024, para executar todo esse reforço do ponto de vista humano e do ponto de vista material", explica. Susana Amador ainda reforça que o número de processos é alto e o objetivo é, com investimento em tecnologia, surprir a demanda para "começar do zero". A estatística da AIMA é que existiam, há seis meses, 350 mil processos pendentes.

Susana Amador diz esperar que o PSD "não altere uma reforma que está amadurecida", mas acredita que isso possa acontecer. "É previsível e é coerente com aquilo que defenderam no passado e está no Programa do Governo", ressalta. O documento, já aprovado, contém, como uma das medidas para a área das migrações, "avaliar a reestruturação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, de forma a corrigir falhas legais, operacionais e de conflito de competências". No entanto, ainda não foi detalhado como será a possível reestruturação. Na altura da votação da criação da AIMA, o PSD foi um dos partidos que votaram contra a medida.

Em comunicado nesta semana, após ser questionado sobre um protesto que reuniu mais de 200 imigrantes em Lisboa, a posição foi reforçada. "A avaliação realizada nas duas semanas decorridas desde a tomada de posse deste Governo confirma diagnósticos prévios quanto ao desacerto das opções políticas e institucionais anteriores e da sua execução, designadamente quanto ao processo de extinção do SEF e da implementação da AIMA."

O DN tentou ainda um contacto com Ana Catarina Mendes, ministra com a tutela das Migrações no Governo PS, mas não foi possível até ao fecho desta edição.

amanda.lima@globalmediagroup.pt

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Responsáveis da Comunidade Islâmica foram ouvidos na AM de Lisboa.

"Vai criar união." Comunidade Islâmica de Lisboa apoia mesquita na Mouraria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL Presidente da CIL, Mahomed Iqbal, lembra que crentes do Bangladesh têm vários locais de culto.

O presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa (CIL) apoiou ontem a construção de uma mesquita na Mouraria, acreditando que vai "criar união" entre os crentes de origem do Bangladesh, que se têm dividido em vários locais de culto informais.

"Concordamos com a existência de uma mesquita no Martim Moniz [zona também designada por Mouraria], porque neste momento existem três sítios de culto nessa área e isso cria algum tipo de dificuldade específica em termos de unificar a comunidade, os membros da religião muçulmana, especificamente", afirmou o presidente da CIL, Mahomed Iqbal, no âmbito de uma audição na Assembleia Municipal de Lisboa (AML).

A audição foi realizada a propósito da eventual construção de uma mesquita na Mouraria, assunto que está a ser apreciado pelas 3.ª e 6.ª comissões da AML, que fiscalizam as áreas de Urbanismo e Direitos Humanos e Sociais, respetivamente.

As comissões já ouviram outras entidades, nomeadamente o presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Miguel Coelho (PS), que reforçou o apoio ao projeto, anunciado há mais de 10 anos, e criticou a indecisão política.

Para o presidente da CIL, a construção de uma mesquita na Mouraria servirá também para responder às dificuldades hoje existentes de capacidade dos locais de culto naquela área, assegurando "a paz quotidiana das pessoas que convivem naquela zona".

"Não é absolutamente nada justo que um sítio limitado de culto, com capacidade para 300 pessoas, tenha de fazer com que haja congregação fora, à espera da sua vez de rezar, especialmente às sextas-feiras", apontou Mahomed Iqbal.

Os deputados de PSD, IL, MPT e CDS-PP colocaram questões sobre o local previsto para a nova mesquita na Mouraria, na Rua do Benformoso, que motivou a expropriação dos prédios necessários à execução do projeto, sem acordo de todos os proprietários afetados.

A resposta foi dada pelo vice-presidente da CIL Abdul Seco, que disse que a mesquita "não tem de ser necessariamente naquele local" e salientou que, segundo o Islão, "todo o templo ou todo o local onde se reza não pode ser construído onde haja alguém que tenha sido lesado". De qualquer forma, acrescentou, a decisão não é da comunidade islâmica.

Sobre o alerta de possível guetização da zona da Mouraria, a CIL, que tem como sede a Mesquita Central de Lisboa, junto à Praça de Espanha, manifestou "uma preocupação muito forte" e está a "fazer o máximo possível para evitar" esse fenómeno, embora a concentração nessa área tenha que ver com o facto de a comunidade do Bangladesh se sentir "muito mais segura quando está entre os seus".

Em resposta a questões do Chega sobre o cumprimento da lei portuguesa em vez da *Sharia*, a lei islâmica, e sobre "um problema de radicalismo" na zona da Mouraria, Mahomed Iqbal assegurou que a comunidade islâmica "está totalmente sujeita à lei portuguesa, sem qualquer interesse, vontade ou insistência de tentar implementar uma lei que gere a religião muçulmana".

Além disso, acrescentou, a comunidade islâmica considera-se parte integrante da comunidade portuguesa e vê a segurança como "primordial", sendo a primeira a alertar as autoridades quando há desconfiança.

DN/LUSA

Traficante de sonhos
António Brito Guterres

Despojos do fascismo e suas reminiscências

Em casa, o 25 de Abril de 1974 era algo adquirido, mas também conseguido. Por isso cresci rodeado de resistência e liberdade; expressas em histórias, memórias, livros, pósteres e na educação.

De qualquer modo, percebi melhor o que foi o fascismo e o contraste de crescer em liberdade, ao não herdar certos gestos. Adquiri essa percepção fina ao circular com o meu pai e com a sua geração. Mulheres e homens que nasceram nos Anos 20 e 30 do século XX. Combatentes precoces contra a ditadura e que passaram mais tempo de vida em repressão total, a resistir, do que em democracia.

Aqueles que já no pós-25 de Abril, e até à sua morte, pela morfologia dos hábitos do fascismo nunca desaprenderam a falar a sussurrar com torsos debruçados sobre mesas para aproximar as cabeças em diálogos silenciosos, a terminar todas as conversas com um "não contes a ninguém", a dar três voltas em torno de casa antes de estacionar, a promover diálogos em descampados ou debaixo de onde os aviões levantam voo; e a dividir a vida pessoal em células incontactáveis entre si, entre outros comportamentos mais íntimos consequência dos efeitos da psique do fascismo.

Tenho demasiado respeito por essas vivências para me sentir hoje, nos 50 anos do 25 de Abril, refém de algum tipo de moralidade ancestral. Não basta bater no peito em nome da Revolução para acudir a uma espécie de tragédia antecipatória do aumento do peso da extrema-direita no Parlamento. Uma revolução não se fez, faz-se, é um estado permanente.

Assim, o choque geracional começou nos Anos 90 do século XX. Eu e os meus, íamos sinalizando, ora por discursos ou acções, como o capitalismo avançado ia destruindo as ideias de Abril e legitimando novas formas de fascismo. No mesmo andamento, observávamos a desublimação repressiva dos nossos pais, trocando a direcção colectiva sobre os destinos de uma ideia, por uma alienação do consumo, celebrada por uma casa de férias, dois carros na família e um VHS.

É evidente que esse tom acusatório, ou a divergência sobre as conquistas revolucionárias, nem sempre foram bem recebidas em nossas casas, embora uma compreensão mútua se tenha instalado.

Não foi, por isso, uma ironia do destino quando, na primeira década deste século, passei uma madrugada num bairro auto-construído da periferia de Lisboa com o meu pai – já nos 70 anos –, dentro de um café de porta fechada e cortinas corridas, a passar as suas experiências de resistência no tempo do fascismo.

Isso porque um conjunto de amigos meus, moradores do bairro em causa, eram quotidianamente assediados pelas forças policiais devido à sua militância anti-racista. Eram retidos sem causa pela PSP, os comércios dos seus familiares visitados para inspeções diárias, que resultavam em multas que inviabilizavam os negócios, e uma vigilância permanente da documentação legal dos próprios e dos seus próximos; toda a coação necessária para que os atropelos aos direitos não fossem denunciados.

Ainda esta semana tive a oportunidade de assistir às contradições da nossa democracia: 120 moradores dos bairros do Zambujal e de Montemor, marcaram presença na Assembleia Municipal de Loures para contestar as demolições nos respectivos bairros, encetadas pela Câmara Municipal. Foram recebidos por uma carrinha da PSP (que, entretanto, saiu) e a colocação de baias protectoras à entrada, movimentos inéditos de acordo com os deputados municipais presentes.

A Assembleia tem duas bancadas em lados opostos, cada uma com cerca de 30 e poucos lugares. Numa delas estavam os 120 moradores citados mais alguns apoiantes, na oposta estavam menos de 30 assessores autárquicos. Ambas as bancadas são designadas para o público. Poucos minutos depois do início da assembleia, aquela divisão classista e racial era de tal modo incómoda – tanto no silêncio, como na contestação - que a presidente da Assembleia Municipal teve de anunciar que ambas as bancadas são de acesso livre e não-reservadas.

A vereadora responsável pela Habitação não foi capaz de dizer quantas mais casas vão ser demolidas nem quando. Despendeu de muitos minutos e não conseguiu esclarecer porque não fez uma intervenção articulada com as famílias despejadas de modo que não ficassem na rua. Evocou toda a sua acção adivinhem em nome do quê? Exato, os 50 anos do 25 de Abril. Pelo caminho ainda disse que iria fazer o esforço de ajudar todos os lourenses que estão nessa condição, mas apenas esses, porque Loures não tem mais espaço para acolher situações análogas. Deixo as interpretações desta última frase para vocês, estimados leitores.

Em toda a duração da assembleia, sempre que um deputado, vereador ou presidente de junta alegava o 25 de Abril, havia um suspiro colectivo do público. Basta olhar para o texto da Constituição e para as vidas dos moradores ali presentes. Escolhemos a desigualdade e não a revolução.

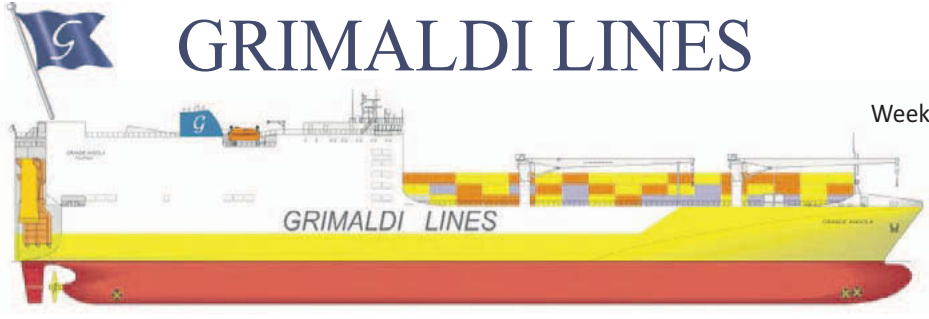
Investigador.
Escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico

Supremo nega indemnização no caso do Meco

O Supremo Tribunal de Justiça (STJ) recusou o recurso dos pais dos seis alunos da Universidade Lusófona que morreram afogados em dezembro de 2013, numa praia de Sesimbra, e que reclamavam uma indemnização de 1,3 milhões de euros. O advogado Vítor Parente Ribeiro, que representa as famílias dos seis jovens que morreram na Praia do Meco, disse que irá avançar com uma queixa no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem contra o Estado português, alegando que "os tribunais portugueses não defendem o direito à vida".

Em comunicado, o STJ confirmou ontem as decisões do Tribunal da Relação de Évora e do Juízo Cível de Setúbal, que também tinham absolvido o ex-*Dux* João Gouveia e a Universidade Lusófona. Para o STJ, "não se provou que o *Dux* tenha desempenhado um papel influente ou promotor desse ato de exposição ao perigo, sendo o seu comportamento igual ao dos demais jovens".

No que respeita à Lusófona, o Supremo reconhece que "as universidades não têm a possibilidade de adotar medidas de intervenção direta e de aí exercer ações de vigilância e controlo".

REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

Segundo a estrutura sindical, a situação agravou-se neste mês de abril.

Sindicato dos Médicos alerta para irregularidades no pagamento aos clínicos

DENÚNCIA SIM considera que a situação é "intolerável" e engloba "diversas Unidades Locais de Saúde"

O Sindicato Independente dos Médicos (SIM) alertou ontem para irregularidades no pagamento dos médicos por parte de "diversas Unidades Locais de Saúde", uma situação que se arrasta desde janeiro e se agravou este mês, exigindo "o cumprimento da lei".

O SIM adiantou, em comunicado, ter conhecimento de que várias Unidades Locais de Saúde (ULS) "continuam sem pagar corretamente aos médicos", adiantando que desde janeiro tem vindo a alertar "repetidamente para as irregularidades".

Segundo a estrutura sindical, a situação agravou-se neste mês de abril com, entre outras situações, "o não-pagamento do salário-base conforme o acordo salarial com o SIM" e "o não-pagamento dos incentivos às novas USF [Unidades de Saúde Familiar] modelo B, previstos na Lei".

O sindicato denunciou ainda a falta de pagamento do Suplemento de Dedicação Plena mesmo após a adesão a este regime, a "redução muito significativa" dos vencimentos dos médicos que trabalhavam em modelo B antes de janeiro de 2024 e "manobras dilatórias burocráticas das ULS para tentar impedir a adesão dos médicos à dedicação plena".

"Passados seis meses do acordo com o SIM, da publicação do alargamento do modelo organizacional das Unidades Locais de Saúde (ULS), da generalização das USF Modelo B, da aprovação da dedicação plena, o SIM considera que esta situação é intolerável e defrauda as legítimas expectativas dos médicos."

O SIM lamenta que "os médicos sejam reiteradamente tratados de forma diferente conforme o seu local de trabalho", sublinhando que "se umas (poucas) ULS conseguem pagar, todas deveriam conseguir".

Como tal, exige "o cumprimento da lei e a correta remuneração dos médicos já".

Contactada, a Direção Executiva do SNS (DE-SNS) afirmou à agência Lusa que se encontra a trabalhar com "a Administração Central dos Serviços de Saúde (ACSS) no sentido de esclarecer as dúvidas das instituições em termos de compromissos e responsabilidades financeiras com os profissionais de saúde".

A DE-SNS adianta que, da informação recolhida, "a maior parte das ULS possuem todas as questões relacionadas com os vencimentos regularizadas", acrescentando que estão "a trabalhar com as restantes para resolver as questões que possam existir, com celeridade".

DN/LUSA

> Direção Executiva do SNS garante que "a maior parte das ULS possuem todas as questões relacionadas com os vencimentos regularizadas".

Opinião
Anselmo Borges

Declaração sobre a dignidade humana. 1

No passado dia 8, o Vaticano publicou, com a aprovação do Papa Francisco, a *Declaração Dignitas infinita* (*Dignidade infinita*), um documento elaborado ao longo de 8 anos pelo Dicastério da Doutrina da Fé, presidido desde 2023 pelo teólogo argentino cardeal Victor Manuel Fernández. Nela, que lembra que este ano se celebram os 75 anos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, onde a palavra dignidade aparece cinco vezes e é declarada como "intrínseca a todos os membros da família humana" e que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos", tudo gira, como diz o título – *Dignidade infinita* – à volta da dignidade humana, "uma questão central no pensamento cristão", como sublinhou o prefeito do Dicastério. De facto, o que é o *Evangelho* senão uma notícia boa e felicitante: Deus é bom, Pai e Mãe, tendo todos os homens e mulheres a dignidade soberana de filhos de Deus?

Esta dignidade é "ontológica", portanto, inerente ao ser humano de modo intrínseco e inalienável em qualquer circunstância, pertence-lhe pelo simples facto de existir. É concedida por Deus que, como diz o livro do *Génesis*, "criou o Homem à sua imagem e semelhança", imagem indelével. "A Igreja, à luz da Revelação, reafirma e confirma absolutamente a dignidade ontológica da pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus e salva em Jesus Cristo", "dignidade inalienável que corresponde à natureza humana, para lá de qualquer mudança cultural", "um dom recebido", presente "numa criança não-nascida, numa pessoa inconsciente, num ancião em agonia". "A Igreja proclama a igual dignidade de todos os seres humanos, independentemente da sua condição de vida ou das suas qualidades." Jesus identificou-se com os últimos e ao ressuscitar revelou-nos que "o aspecto mais sublime da dignidade do Homem consiste na sua vocação à comunhão com Deus."

Também pela razão o ser humano conclui pela sua dignidade inviolável: quando, por exemplo, reflecte sobre a liberdade – auto-possui-se, é senhor de si, um animal que tem linguagem (*zôon lógon échon*) e, por isso, animal político (*zôon politikón*), como bem viu Aristóteles: capaz de distinguir o bem e o mal, o conveniente e o inconveniente, o justo e o injusto, – e sobre si mesmo: auto-consciente, consciente de que é consciente, afirmando-se como um eu único e perguntando ao infinito pelo Infinito, Deus...

Mas, na Declaração insiste-se na fundamentação na fé. E só posso estar de acordo com o teólogo José L. González Faus, quando escreve que, embora melhorável – ao longo da exposição também levantarei interrogações a confirmá-lo –, o documento "constitui uma fundamentação de e um apelo a essa tarefa hoje tão urgente e comum a crentes e não-crentes: a fé na absoluta dignidade do ser humano e o imperativo categórico de trabalhar pelo respeito dessa dignidade como a tarefa mais importante no mundo de hoje", contribuindo, assim, para "um mundo menos cruel e menos triste".

Desgraçadamente, como sublinhou o cardeal prefeito do Dicastério, "a dignidade humana não é algo que a Igreja tenha reconhecido sempre com a mesma clareza: houve um crescimento na compreensão. Acrescenta-se, aprofunda-se a compreensão, notamos que no interior da própria *Bíblia* há uma explicação crescente." E lembrou, como exemplo, que, se em 1452 o Papa Nicolau V numa carta aos reis de Portugal tinha justificado e até ordenado a escravatura – cito parte da Bula, que constitui, no meu entender, uma das maiores vergonhas da Igreja: "Nós... concedemos faculdade plena e livre para invadir, conquistar, combater, vencer e submeter quaisquer sarracenos e pagãos e outros inimigos de Cristo, em qualquer parte que estiverem, e os reinos, ducados principados, domínios, possessões... e reduzir a escravidão perpétua as pessoas dos mesmos..." –, Paulo III, em 1537, lançou a excomunhão sobre quem a defendia, pois tratava-se "de humanos".

Para sublinhar que nunca se perde a dignidade intrínseca, o documento apresenta a dignidade segundo quatro dimensões: precisamente a dignidade ontológica; a dignidade moral, que se refere à liberdade e ao seu exercício; a dignidade social, que se refere às condições de vida; a dignidade existencial, em conexão com o modo como nos apercebemos da própria dignidade: "Hoje fala-se cada vez mais de uma vida 'digna' e de uma vida 'indigna'; referimo-nos a situações propriamente existenciais, por exemplo, o caso de uma pessoa que, embora nada de essencial para viver lhe falte, tem, por diversas razões, dificuldades para viver na paz, na alegria e na esperança."

ALBERTO PIZZOLI / AFP

"Posso ter uma vida indigna, mas nunca perco a inalienável dignidade humana. Os outros podem fazer com que eu leve uma vida indigna, mas nunca me tiram a dignidade por ser humano: a dignidade é a mesma para alguém nascido na Itália ou na Etiópia, em Israel ou em Gaza."

Referindo-se a esta "distinção entre a dignidade ontológica que nunca se perde e outra social, moral e existencial que podem crescer ou diminuir com as circunstâncias da vida", o cardeal esclarece: "Posso ter uma vida indigna, mas nunca perco a inalienável dignidade humana. Os outros podem fazer com que eu leve uma vida indigna, mas nunca me tiram a dignidade por ser humano: a dignidade é a mesma para alguém nascido na Itália ou na Etiópia, em Israel ou em Gaza. É exactamente a dignidade inalienável. Não há nenhuma circunstância que faça com que uma pessoa tenha menos valor, a sua dignidade permanece inviolável em qualquer contexto, situação, cultura."

Este esclarecimento é importante, para não dizer decisivo, pois chave essencial de leitura da *Declaração* é ver a dignidade, sempre, "para lá de toda a circunstância". Continuaremos.

Padre e professor de Filosofia.
Escreve de acordo com a antiga ortografia

EPA / ABEDIN TAHERKENAREH

Manifestação contra Israel em Teerão após o ataque durante a noite.

Israel não assume ataque e Irão minimiza impacto para evitar escalada

TENSÃO Os israelitas prometeram responder ao ataque do último fim de semana e ontem os iranianos dizem ter intercetado *drones* em Isfahan, alegando que estes não foram lançados do estrangeiro e afastando uma possível retaliação. Ação foi "cuidadosamente calibrada".

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Não foi um ataque em força, como o que o Irão lançou contra Israel há uma semana (usou mais de 300 *drones* e mísseis), mas uma mensagem contida que poderá travar (por enquanto) a escalada da violência na região. A suposta resposta israelita (não houve qualquer reivindicação oficial de Telavive) terá sido com um ataque a, pelo menos, uma base aérea em Isfahan. Teerão alegou que nada foi destruído e que as explosões que se ouviram na cidade foram as defesas antiaéreas a abater os *drones* inimigos. A desvalorização do impacto da alegada ação israelita, mesmo que possam ter sido atingidos alvos importantes, permite aos iranianos afastar o cenário de uma eventual retaliação. Mas não é claro se a resposta de Israel já está completa.

Por causa do silêncio oficial israelita e da desvalorização e secretismo do lado iraniano, não é claro o que aconteceu na madrugada de ontem. Pelo menos três explosões terão ocorrido perto da base militar de Shekari, do Aeroporto de Isfahan e da cidade de Qahjavarestan, no centro do Irão. Dois oficiais norte-americanos (e foram os EUA a apontar o dedo a Israel desde o primeiro momento) disseram à CBS que teria sido um ataque com um míssil, enquanto outra fonte dos EUA falou à ABC de três mísseis que tinham como alvo o radar que ajuda a proteger a central de enriquecimento de urânio de Natanz.

Contudo, os *media* iranianos indicaram que as explosões foram as defesas antiaéreas a funcionar e a derrubar vários *drones*. Estes veículos aéreos não-tripulados terão sido também intercetados na cidade de Tabriz, no norte do Irão. Imagens de satélite, analisadas pela CNN, não mostram danos significativos na Base Militar de Shekari, que teria sido um dos alvos. Mais tarde, o chefe da diplomacia de Teerão, Hossein Amirabdollahian, disse que os apoiantes do "regime sionista" tentaram transformar uma "derrota numa vitória", mas insistindo que os mini-*drones* não causaram danos ou vítimas.

Oficiais iranianos disseram ao jornal *The New York Times* que terão sido usados pequenos drones explosivos, tal como já aconteceu no passado (apesar de Israel raramente admitir a responsabilidade destas ações). Em janeiro de 2023, por exemplo, pelo menos três *drones* atingiram uma fábrica de armas em Isfahan. Teerão alegou então que os danos foram reduzidos, limitados ao telhado, mas segundo o *Jerusalem Post* os danos foram mais graves.

Segundo as mesmas fontes do *New York Times*, os *drones* terão

Susto no consulado iraniano de Paris

A polícia francesa deteve ontem um homem que entrou no consulado iraniano de Paris alegando estar disposto a detonar o suposto colete de explosivos que usava. Não foram contudo encontrados explosivos ou armas (apenas três falsas granadas) no homem, que se entregou após ter feito ameaças no interior do edifício. Todo o bairro em torno do consulado tinha sido fechado pelas autoridades, após o alerta ter sido dado, tendo inclusivamente duas linhas do Metro de Paris sido temporariamente afetadas. O indivíduo, um franco-iraniano nascido em 1963, em Teerão, já era conhecido das autoridades, tendo sido condenado por incendiar pneus em frente à porta da embaixada, em setembro do ano passado. Segundo o jornal *Le Parisien*, ontem o homem terá atirado várias bandeiras do consulado para o chão, dizendo querer vingar-se da morte do irmão.

sido lançados do interior do Irão, já que os sistemas de radares não detetaram incursões no espaço aéreo do país. Apontar o dedo a "infiltrados" e desvalorizar o impacto do ataque permite ao regime iraniano afastar a necessidade de uma retaliação. "A origem estrangeira do incidente não foi confirmada. Não fomos alvo de um ataque externo e a discussão inclina-se mais para uma infiltração do que um ataque", disse à Reuters um oficial iraniano.

Ao diário *The Washington Post*, um responsável israelita confirmou sob anonimato o ataque, dizendo que o objetivo era "enviar a mensagem ao Irão de que Israel tem a capacidade de atingir alvos dentro do país". Outro oficial falou num ataque "cuidadosamente calibrado". Se no Irão houve protestos contra Israel após o ataque, em Israel também se ouviram críticas, até de membros do próprio Governo.

O ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, da extrema-direita, criticou a resposta fraca, sendo por seu lado atacado pelo líder da oposição, Yair Lapid. "Um ministro do Gabinete de Segurança nunca causou danos tão graves à segurança, à imagem e à posição internacional do país. Com uma mensagem imperdoável de uma palavra, Ben-Gvir conseguiu ridicularizar e envergonhar Israel desde Teerão até Washington. Qualquer outro primeiro-ministro tê-lo-ia lançado para fora do Executivo esta manhã", escreveu no X.

A nível internacional, repetiram-se ontem os apelos à contenção, tal como nos últimos dias. O Ocidente apostou nas sanções contra o Irão, nomeadamente o seu programa de *drones*, para responder ao ataque sem precedentes do fim de semana contra Israel (em retaliação do bombardeamento contra o consulado iraniano em Damasco no início do mês). A ideia era tentar evitar que o Governo israelita respondesse também em força.

O centro do nuclear iraniano

Uma das hipótese em cima da mesa era atacar as instalações nucleares iranianas. Teerão ameaçou, ainda na quinta-feira, rever a sua "doutrina nuclear" caso isso acontecesse, deixando entender que avançaria para o desenvolvimento de armas nucleares. O ataque de ontem não foi contra as instalações nucleares, mas foi suficientemente perto para dizer que estas poderiam ter sido atacadas.

O ataque da madrugada de ontem teve como alvo pelo menos uma base militar em Isfahan, a terceira maior cidade do Irão que está também diretamente ligada ao programa nuclear iraniano. O Centro de Tecnologia Nuclear de Isfahan é o maior do Irão, empregando cerca de três mil cientistas, sendo que no norte da região fica a central de enriquecimento de urânio de Natanz. Em abril de 2021, o Irão acusou Israel de estar por trás de uma explosão nesta central, danificando duas das centrifugadoras.

"A Agência Internacional de Energia Atómica pode confirmar que não há qualquer dano nas instalações nucleares do Irão", anunciou a organização na rede social X, após os ataques. O diretor-geral da AIEA, Rafael Mariano Grossi, "continua a apelar à extrema contenção de todos e reitera que as instalações nucleares nunca devem ser um alvo em conflitos militares", acrescentava, explicando estar a monitorizar "de muito perto" a situação.

O programa nuclear iraniano começou a ser desenvolvido durante o regime do xá Reza Pahlavi, que assinou o Tratado de Não-Proliferação em 1970. O xá foi derrubado na Revolução de 1979 e, nos anos 1980, o país começou secretamente a enriquecer urânio – após comprar equipamento ao Paquistão e à China. O próximo passo foi o desenvolvimento de uma arma nuclear, com o Ocidente a responder com sanções.

Em 2015, o Irão assinou junto com os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Alemanha o acordo nuclear. Este previa o aliviar das sanções, com Teerão a aceitar em troca reduzir o enriquecimento de urânio a 3,67% (um nível insuficiente para desenvolver armas nucleares, mas suficiente para o programa de energia nuclear e para pesquisa científica). Aceitaram ainda inspeções da AIEA. Em 2018, o então presidente dos EUA, Donald Trump, rasgou o acordo, com o Irão a responder aumentando o enriquecimento de urânio (já estará nos 60%) e a dificultar a monitorização da AIEA.

susana.f.salvador@dn.pt

"Já é hora de parar com o perigoso ciclo de retaliação no Médio Oriente. Condeno qualquer ato de retaliação e apelo à comunidade internacional para que trabalhe em conjunto para evitar qualquer novo desenvolvimento que possa levar a consequências devastadoras para toda a região e mais além dela."
António Guterres
Secretário-geral da ONU

"Não vou falar dos eventos a não ser para dizer que os EUA não estiveram envolvidos em qualquer ofensiva. Tudo o que posso dizer, da nossa parte e de todos os membros do G7, é que o nosso foco é na desescalada."
Antony Blinken
Secretário de Estado dos EUA

"É absolutamente necessário que a região continue estável e que todas as partes se abstenham de novas ações."
Ursula von der Leyen
Presidente da Comissão Europeia

G7 sublinha a sua oposição a ofensiva em Rafah e pede mais ajuda humanitária em Gaza

GUERRA União Europeia decidiu aplicar sanções a quatro colonos e duas entidades israelitas por "abusos dos Direitos Humanos" contra palestinianos na Cisjordânia.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Os líderes da diplomacia do G7 sublinharam ontem a sua oposição a uma ofensiva militar israelita em Rafah e pediram a Israel para que garanta as condições para "resolver a crise humanitária devastadora e crescente" na Faixa de Gaza.

Ao mesmo tempo que deixaram claro que condenam os ataques terroristas contra Israel em outubro, os ministros dos Negócios Estrangeiros do G7 sublinharam que "ao exercer o seu direito de se defender, Israel deve respeitar plenamente o Direito Internacional, incluindo o Direito Humanitário Internacional".

"Deploramos todas as perdas de vidas civis e registamos com grande preocupação o número inaceitável de civis, incluindo milhares de mulheres, crianças e pessoas em situações vulneráveis, que foram mortos em Gaza. Apelamos a uma ação urgente para resolver a crise humanitária devastadora e crescente em Gaza, em especial a situação dos civis em todo o território", lê-se no comunicado dos líderes da diplomacia do grupo formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, mais a União Europeia.

Desta reunião saiu também a oposição a uma operação militar em grande escala em Rafah, "que teria consequências catastróficas para a população civil", com os líderes da diplomacia do G7 a voltarem a defender "medidas específicas, concretas e mensuráveis para aumentar significativamente o fluxo de ajuda para Gaza, tendo em conta o risco iminente de fome para a maioria da população".

Ontem, os Emirados Árabes Unidos anunciaram ter lançado uma grande operação de socorro na cidade de Khan Yunis, na Faixa de Gaza, onde planeiam reabilitar um hospital.

Já a União Europeia sancionou ontem quatro colonos extremistas israelitas e duas entidades por "sérios abusos dos Direitos Humanos" contra palestinianos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Todos estão agora proibidos de entrar no espaço da UE e eventuais ativos que possuam no bloco serão congelados. Este passo completa uma decisão adotada no dia 12 e que sancionou os braços militares do Hamas e da Jihad Islâmica por "violência sexual generalizada" nos ataques do 7 de Outubro em Israel.

Estas tomadas de posição do G7 e da UE surgem um dia depois de os Estados Unidos terem vetado no Conselho de Segurança o pedido dos palestinianos para ingressarem na ONU como Estado de pleno direito, possibilidade rejeitada por Israel. O projeto de resolução apresentado pela Argélia obteve 12 votos a favor, um contra e duas abstenções (Reino Unido e Suíça).

"Esta política americana agressiva para a Palestina, seu povo e seus direitos legítimos representa uma agressão flagrante ao Direito Internacional e uma incitação para que continue a guerra genocida contra o nosso povo", declarou o gabinete do presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas.

ana.meireles@dn.pt

JACK GUEZ / AFP

Israelitas protestam contra a situação em Gaza em Telavive.

Fim da paralisia no Congresso dos EUA é via aberta de apoio à Ucrânia

GUERRA Com a aprovação esperada do pacote de ajuda, Kiev vai receber um empréstimo, mas sobretudo a indústria de defesa norte-americana recebe uma injeção de milhares de milhões.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

Para os congressistas norte-americanos muito distraídos, o diretor da CIA William Burns foi cristalino. "Existe um risco muito real de que os ucranianos possam perder no campo de batalha até ao final de 2024, ou pelo menos colocar Putin numa posição em que possa essencialmente ditar os termos de um acordo político", disse na quinta-feira o antigo embaixador dos EUA em Moscovo ao falar sobre o cenário de Washington não enviar mais assistência militar a Kiev. Esse cenário parece agora ultrapassado, depois de o presidente da Câmara dos Representantes ter agendado a votação sobre os pacotes de ajuda externa para hoje, ao fim de meses de paralisia. O que o levou o republicano Mike Johnson por fim a agir, e com isso a arriscar o seu lugar, é uma pergunta para já sem resposta. À ajuda que deverá ser aprovada com os votos dos democratas junta-se o acordo, entre os países da NATO, sobre o envio de sistemas de defesa aérea adicionais.

O Senado dos EUA, de maioria democrata, aprovou em fevereiro um pacote de 95 mil milhões de dólares de ajuda à Ucrânia, Taiwan e Israel, mas este nunca foi levado à discussão na Câmara, onde a última legislação de apoio a Kiev foi aprovada há 16 meses. Desde então, a fação extremista dos republicanos – a mesma que desalojou o anterior presidente, Kevin McCarthy – começou a pôr em causa a ajuda à Ucrânia, ligando qualquer iniciativa adicional a um pacote de segurança na fronteira com o México.

Na sexta-feira, a última barreira para votar os pacotes de ajuda foi ultrapassada, quando 165 democratas e 151 republicanos votaram a favor da medida regimental para fazer avançar a legislação – semelhante àquela aprovada pelo Senado – em quatro partes. Para a Ucrânia só cerca de 20% dos 60,8 mil milhões de dólares irá de forma direta, em forma de empréstimo. O resto irá para as empresas de armamento norte-americanas, alimentando a indústria do país. Em concreto, 23,2 mil milhões de dólares são para repor os *stocks* de armas e equipamento já fornecidos à Ucrânia e 13,8 mil milhões de dólares para permitir que a Ucrânia se rearme através da compra de armas e munições aos EUA. Desta forma, por exemplo, prevê-se que a capacidade industrial para a produção de munições de artilharia de 155 milímetros atinja as 100 mil unidades por mês, ou que a produção de mísseis PAC-3 para os sistemas de defesa aérea Patriot atinjam os 650 por ano, mais 150 do que até agora.

O curioso é que, segundo um levantamento feito pelo *The Washington Post*, muitos dos eleitos republicanos pelos círculos do Congresso diretamente beneficiados – e são 65 com 122 linhas de produção de armas e equipamento – mostram-se contra um impacto positivo direto para a economia local.

Outro mistério por desvendar é a mudança de posição de Mike Johnson. Enquanto simples representante do Louisiana votou sempre contra a ajuda à Ucrânia, alinhando com a ala extremista liderada por Marjorie Taylor Greene, a representante que papagueia os argumentos da desinformação do regime de Vladimir Putin, ao chamar ao governo de Kiev os "nazis ucranianos". Ainda há dias Johnson não quis receber o chefe da diplomacia britânica, David Cameron, que anunciara o encontro para dizer-lhe que "a Ucrânia precisa do dinheiro". Mas o antigo primeiro-ministro foi recebido por Donald Trump e pouco depois Johnson viajou até à Florida, onde ouviu o futuro candidato republicano a elogiar o seu trabalho. Um claro sinal de que estava contra a ameaça de Taylor Greene em depor o *speaker* caso este agendasse a legislação de ajuda à Ucrânia.

Na quarta-feira, ao anunciar, sem esconder a emoção, que iria acabar com o impasse, Johnson reconheceu que o seu cargo ficava em risco, mas que não tinha outra escolha. "Acredito realmente nas informações e nos relatórios que recebemos. Acredito que Xi [Jinping], Vladimir Putin e o Irão são realmente um eixo do mal" e avisou que Putin, se não for travado na Ucrânia, "continuará a marchar pela Europa" e, ao dizer que o seu filho vai entrar na Academia Naval, rematou: "Para ser franco, prefiro enviar balas para a Ucrânia do que rapazes americanos."

A Ucrânia, que anunciou ter derrubado pela primeira vez um bombardeiro estratégico russo, deverá receber entretanto mais sistemas de defesa aérea. Foi o que o secretário-geral da NATO disse após ter falado com o presidente Zelensky. Jens Stoltenberg disse que há sistemas Patriot e SAMP/T disponíveis.

cesar.avo@dn.pt

7

Patriot Durante o Conselho NATO-Ucrânia, Volodymyr Zelensky disse que o seu país necessita "no mínimo" de mais sete sistemas de defesa aérea Patriot ou "semelhantes".

57,1

Mil milhões O pacote de assistência à Ucrânia a votar pela Câmara dos Representantes dos EUA está avaliado em 60,8 mil milhões de dólares, ou 57,1 mil milhões de euros.

ANDREW HARNIK / GETTY IMAGES / AFP

Ao agendar o pacote de ajuda à Ucrânia, Mike Johnson enfrenta uma revolta dos extremistas republicanos.

BREVES

Presidente croata não pode ser PM

O Tribunal Constitucional (TC) da Croácia comunicou que o presidente do país, Zoran Milanovic, que tinha feito campanha pelos sociais-democratas como candidato a primeiro-ministro antes das eleições parlamentares desta semana, não podia chefiar o futuro governo. "O presidente foi avisado atempadamente de que não podia participar na campanha, que tinha de se demitir. Agora, acabou. Já não pode ser primeiro-ministro indigitado", declarou o presidente do TC, Miroslav Separovic. Nas eleições de quarta-feira, o partido conservador HDZ, no poder, ficou à frente, mas os escândalos de corrupção levaram à perda de lugares no parlamento, pelo que o primeiro-ministro Andrej Plenkovic terá de conseguir negociar novos apoios. Se, pelo contrário, os sociais-democratas chegarem ao poder, o apoio à Ucrânia ficará em xeque.

Alerta sobre mutilação genital na Gâmbia

A Human Rights Watch instou os deputados da Gâmbia a rejeitarem um projeto de lei que visa reverter a proibição da mutilação genital feminina (MGF), descrevendo-o como "profundamente preocupante" para os direitos das mulheres. A MGF é proibida no país da África Ocidental desde 2015, mas os deputados votaram em março um projeto de lei que visa levantar a proibição, enviando-o para análise de uma comissão antes da votação final. A Gâmbia está entre os 10 países com os níveis mais elevados de MGF, onde 73% das mulheres e raparigas com idades entre os 15 e os 49 anos foram submetidas à mutilação, de acordo com dados da UNICEF. Segundo um relatório da ONU, mais de 230 milhões de raparigas e mulheres em todo o mundo foram vítimas deste costume associado às culturas islâmicas.

Donald Trump e Todd Blanche, um dos seus advogados, no tribunal onde está a ser julgado.

Trump já sabe quem vai decidir se é culpado ou não

JULGAMENTO Alegações iniciais do processo sobre a ocultação do pagamento a Stormy Daniels começam na próxima semana.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Terminada que está a seleção dos 12 jurados que irão decidir se Donald Trump, o primeiro ocupante da Casa Branca a ser julgado num processo criminal, é ou não culpado de ter ocultado o pagamento de 130 mil dólares pelo silêncio da atriz de filmes pornográficos Stormy Daniels acerca de uma relação sexual que alegadamente tiveram em 2006, ontem, o quarto dia do julgamento, foi marcado pela escolha de mais seis jurados suplentes, que entrarão em ação caso alguns dos membros efetivos fiquem indisponíveis. As alegações iniciais deste processo histórico deverão começar na próxima semana, sendo que é esperada uma sentença antes das eleições presidenciais de 5 de novembro.

Ontem, Donald Trump chegou ao Tribunal Criminal de Manhattan, em Nova Iorque, e deixou claro, mais uma vez, o quão aborrecido está com a ordem de silêncio parcial , que considera "muito injusta", imposta pelo juiz do processo para impedi-lo de usar as redes sociais – nomeadamente a sua Truth Social – para atacar testemunhas, procuradores do Ministério Público e familiares de funcionários do tribunal, incluindo do próprio juiz Juan Merchan.

"O juiz tem de retirar esta ordem de silêncio", afirmou Trump, que tem um longo historial, inclusive enquanto presidente, de fazer declarações ameaçadoras ou insultuosas contra opositores.

O julgamento no Tribunal Criminal de Manhattan, em Nova Iorque, deverá durar seis a oito semanas, ou seja, deverá ficar encerrado antes das presidenciais. Os processos em que o republicano está envolvido perturbaram os seus planos de campanha – no caso deste julgamento, como é criminal, o ex-presidente está obrigado a assistir a todas as sessões –, mas ele tem usado a presença dos meios de comunicação social para transmitir a alegação de que está a ser vítima de uma "farsa".

Donald Trump enfrenta ainda três outros processos criminais, incluindo acusações como a tentativa de anular a derrota nas eleições de 2020 para Joe Biden, mas estes têm sido repetidamente adiados.

Processo de escolha difícil

A dificuldade de escolher jurados que sejam considerados imparciais para julgar um dos homens mais polémicos dos Estados Unidos, mas que também tenham disponibilidade para dedicar, pelo menos, dois meses a este julgamento, ficou clara ao longo do processo de seleção esta semana.

Já ontem, três pessoas que estavam a ser avaliadas para as vagas finais de suplentes foram vencidas pela emoção enquanto respondiam aos advogados. "Sinto muito. Pensei que poderia fazer isto", disse uma, que foi rapidamente dispensada pelo juiz Juan Merchan. "Isto é muito mais stressante do que eu pensava que seria."

Susan Necheles, advogada de Trump, aproveitou também para questionar os potenciais jurados suplentes sobre o que pensavam de Michael Cohen – advogado do republicano à altura dos factos e que serviu como intermediário do pagamento –, que deverá ser ouvido como testemunha. O juiz não gostou, interrompeu Necheles, e disse que serão os jurados a determinar a credibilidade das testemunhas quando estas depuserem em tribunal.

ana.meireles@dn.pt

Homem imola-se junto ao tribunal

Um homem imolou-se ontem em frente ao tribunal onde Trump está a ser julgado, por razões ainda desconhecidas à hora de fecho desta edição, mas levava consigo panfletos com teorias da conspiração. O incidente aconteceu enquanto ainda decorria a sessão do julgamento e antes de a polícia tentar conter as chamas com um extintor. Foi levado ainda com vida para o hospital.

JÚRI

Quem são as 12 pessoas escolhidas para decidir o desfecho deste julgamento

Jurado número 1
Este jurado será também o porta-voz do júri, a pessoa que, no final do julgamento, dirá em tribunal se decidiram que Donald Trump é ou não culpado. É homem, originário da Irlanda, vive no West Harlem, casado e sem filhos, trabalha em vendas e frequentou o Ensino Superior. Mantém-se informado através dos jornais *The New York Times* e *Daily Mail*, vê por vezes a Fox News e a MSNBC.

Jurado número 2
Homem, banqueiro de investimentos, possui um mestrado. Casado e sem filhos. Segue as mensagens de Donald Trump na rede social Truth e de Michael Cohen – advogado do ex-presidente entre 2006 e 2018, foi ele quem tratou do pagamento a Stormy Daniels – na rede social X. Já leu citações do livro do líder republicano *Donald Trump – A Arte da Negociação*.

Jurado número 3
Homem, originário do Estado do Oregon, é advogado corporativo. É descrito como sendo solteiro e sem filhos, vive há cinco anos no Bairro de Chelsea, em Manhattan. Mantém-se informado através da leitura dos jornais *The New York Times* e *The Wall Street Journal* e também do Google.

Jurado número 4
Homem, trabalha como engenheiro de segurança. É casado e tem três filhos. Como habilitações literárias informou ter o diploma do liceu. Não tem conta em nenhuma rede social, gosta de trabalhar em marcenaria.

Jurado número 5
Mulher, é professora de Inglês no sistema público de escolas autónomas. Tem um mestrado em Educação. Jovem negra, solteira e sem filhos, vive no Harlem com o namorado. Evita ter conversas sobre política. Não sabia que Trump enfrenta acusações noutros casos criminais.

Jurado número 6
Mulher, é engenheira de *software*. Concluiu recentemente o curso superior. Não é casada e não tem filhos e vive no Bairro de Chelsea, onde divide casa com outras três pessoas. Recebe notícias do jornal *The New York Times*, Google, Facebook e TikTok.

Jurado número 7
Homem, é advogado de Direito Civil. Casado e com dois filhos, mora no Upper East Side, em Manhattan. Disse em tribunal que provavelmente havia políticas da Administração de Donald Trump das quais ele discordava. Lê os jornais *The New York Times*, *The Wall Street Journal*, *New York Post* e *The Washington Post*.

Jurado número 8
Homem, é reformado, e durante a sua vida ativa exerceu as funções de gestor de património. Casado e com dois filhos. Afirmou em tribunal que conhece Donald Trump, mas está "mais interessado nos [seus] *hobbies*". Gosta de fazer *ski*, ioga e pescar.

Jurado número 9
Mulher, é terapeuta da fala e possui um mestrado. Não é casada, nem tem filhos. Quando questionada por Susan Necheles, uma das advogadas de Donald Trump neste julgamento, se ela se sentiria pressionada por outros, respondeu: "De forma alguma". Gosta de ouvir *podcasts* sobre *reality TV*.

Jurado número 10
Homem, trabalha para uma empresa de comércio eletrónico. Nasceu e cresceu no estado do Ohio. Não é casado e vive com outro adulto. Disse em tribunal que não acompanha a atualidade noticiosa, mas lê o diário *The New York Times*. Ouve *podcasts* sobre Psicologia Comportamental.

Jurado número 11
Mulher, trabalha para uma empresa multinacional de vestuário. Solteira e sem filhos, não é originária de Nova Iorque. Disse em tribunal não acompanhar as notícias com regularidade mas que, de vez em quando, lê as manchetes. Usa o Google para se manter atualizada. Afirmou também não gostar da "personagem" Donald Trump, acrescentando ainda que "ele parece muito egoísta e preocupado com os seus próprios interesses".

Jurado número 12
Mulher, exerce a profissão de fisioterapeuta e possui um doutoramento em Fisioterapia. Casada e sem filhos. Lê os jornais *The New York Times* e *USA Today* e vê a CNN. Gosta de correr, jogar ténis e ouvir *podcasts* sobre desporto e fé.

Opinião
Marco Serronha

A África Ocidental e o Sahel – os riscos estratégicos para a Europa e a falha na contenção da Rússia

Já anteriormente tínhamos abordado, nesta coluna, os riscos de natureza estratégica que a progressão do terrorismo jihadista na África Ocidental, no Sahel e no Golfo da Guiné, coloca à segurança africana e europeia. A esta situação, acrescentam-se as dificuldades na contenção da geopolítica da Federação Russa em África, que, no Sahel, é particularmente agressiva para os países ocidentais. Esta é uma realidade relativamente recente, com o uso de companhias militares privadas (CMP) para a prossecução, pela Rússia, de objetivos políticos, estratégicos e económicos.

A existência de CMP é uma realidade que já tem alguns anos, em que alguns países ocidentais também as possuem, mas que têm, de um modo geral, um perfil de operação relativamente diferente das CMP russas, em especial do famigerado Wagner. Este assunto, da utilização de CMP em operações militares na chamada Guerra Híbrida, merecerá uma análise mais detalhada numa outra ocasião.

Começou a ser pública a existência de "mercenários" russos em África, algures entre o final de 2017 e inícios de 2018, em especial na República Centro-Africana, com expansão no mesmo período à Líbia, a Moçambique e ao Sudão. Foi uma transição entre o conceito de conselheiros militares, que já vinha dos tempos soviéticos, para operadores militares privados, num conceito algo diferente dos "tradicionais" mercenários, que tiveram, em tempos anteriores, presença em África. Em termos muito sintéticos o modelo de atuação do Grupo Wagner assenta em três pilares de operação e que são: operações da sua componente militar; uma rede de influências políticas; e uma rede de negócios que assegura o financiamento para os outros dois pilares.

No início de 2020 deu-se uma expansão da atividade russa aos países do Sahel, começando pelo Mali, seguido do Burkina Faso e terminando, mais recentemente, no Níger. Uma das características destas atividades é que procuram criar narrativas antiocidentais com alguma robustez, muito focadas na França, como ex-potência colonial, mas não só. A Wagner tem-se constituído como um instrumento da política externa russa, com quatro objetivos fundamentais relativamente aos países africanos: cortar laços de contacto e cooperação com os países ocidentais; ser um parceiro credível e indispensável perante as autoridades locais; garantir contratos de venda de armamento e outros equipamentos; e conseguir oportunidades de natureza económica em áreas-chave, como a mineração e a exploração de madeiras, entre outras. Atuam de acordo com o que tem sido chamado o "*African Playbook*", que desenha um *modus operandi* formatado, que tem obtido muito sucesso e que visa atingir objetivos de duas naturezas distintas: de natureza geopolítica da Federação Russa e financeiros, de natureza privada, com acesso a recursos de exploração rápida. Para atingir estes objetivos estratégicos operam em três linhas de ação: condução de campanhas políticas e comunicacionais (fazendo uso da desinformação e notícias falsas); serem ressarcidos financeiramente com base em concessões mineiras e outras de impacto financeiro imediato; e ações de cooperação militar e condução de operações militares, em prol do estado hospedeiro.

Outro aspeto relevante tem sido a suspeita, muito fundada, de que a Federação Russa, através da Wagner, tem patrocinado uma sequência de golpes de Estado nos países da região, em especial no Sahel, que levaram ao poder Juntas Militares pró-russas e antifrancesas, criando uma desestabilização regional e prejudicando os mecanismos de combate ao terrorismo jihadista radical que estavam implementados. No caso concreto do Mali levou mesmo à retirada da missão das Nações Unidas, das forças da *Operação Barkane* e da *Operação Multinacional Takuba*, estas duas últimas de combate ao terrorismo.

Com a crise de 2023, entre o Wagner, liderada por Prigozhin, e o presidente Vladimir Putin, no âmbito da guerra na Ucrânia, o Wagner, como CMP, foi integrada no Ministério da Defesa russo e diminuiu o seu perfil operacional em África. Embora não tivesse desaparecido, houve uma operação de cosmética, que levou ao aparecimento de uma nova organização, o *Africa Corps*, que foi substituindo a marca Wagner em África, em especial no Sahel. No entanto, o *modus operandi* desta organização é, em tudo, semelhante à CMP Wagner.

No Sahel e na República Centro-africana (RCA), as CMP russas têm combatido ao lado das forças locais, seja contra os diversos grupos terroristas, no caso do Sahel, seja contra os diversos grupos armados no caso da RCA, mas com resultados muito insuficientes, fruto da violência que estas operações têm manifestado contra as populações locais, em especial quando conduzidas unilateralmente por forças russas. No caso do Mali, esta violência tem provocado muitas baixas entre as populações civis das áreas controladas pelos grupos terroristas, levando a que as populações tenham vindo a apoiar cada vez mais os movimentos jihadistas, com um aumento significativo da atividade terrorista, assunto já aqui abordado, num artigo pretérito.

A importância do continente africano nas ambições geopolíticas russas é enorme, a fim de retirar poder ao Ocidente, em especial aos países europeus e aos Estados Unidos, no sentido de construir uma Ordem Internacional diferente, multipolar e contrária à designada ordem unipolar, liderada pelo Ocidente (leia-se os EUA). Neste processo, a Rússia é acompanhada pela China, pelo Irão e pela Coreia do Norte, imbuídos do mesmo objetivo, mas com práticas diferenciadas em África.

O relacionamento entre os países ocidentais e os países do Sahel, sofreu um novo revés com a expulsão das forças militares americanas do Níger, onde tinham uma Base de *drones* que era fundamental na produção de informação sobre os grupos terroristas que controlam partes relevantes do Mali, do Burkina Faso e do Níger.

Os países africanos, como todos os outros países, são livre de escolherem os seus parceiros de relação bilateral ou multilateral, mas o facto é que, quando estabelecem relacionamentos militares com a Rússia, a imediata ostracização dos ocidentais é, de um modo geral, imediata. Os países da UE e os EUA continuam a ser, mesmo nestas condições, os principais financiadores da ajuda ao desenvolvimento. A Rússia, pelo contrário continua a ser um elemento explorador de recursos naturais em troca de garantias de segurança, onde não tem mostrado eficácia, pelo menos na luta contra o terrorismo.

Acresce que a parceria Rússia-Irão, que se consolidou com a guerra na Ucrânia, poderá ser estendida a África, que, a ocorrer na região do Sahel, poderá levar ao posicionamento de sistemas de mísseis e *drones* em zonas que permitem alcançar os países do sul da Europa, Portugal incluído. Este é um elemento central da geopolítica russa, o controlo destes países, para degradar a segurança europeia em situações de crise futura, seja através da ameaça militar direta, seja através de proporcionar condições para imigração ilegal em larga escala, como aconteceu na guerra da Síria.

É tempo de os europeus e os americanos refinarem estrategicamente as suas relações com os países africanos, essencialmente demonstrando que a cooperação com a Rússia, através das CMP, será altamente prejudicial para a segurança desses mesmos países, a muito curto prazo. Uma relação estratégica, saudável, coerente e objetiva, com África é fundamental para a segurança da Europa e exige atenção imediata.

Tenente-general

É tempo de os europeus e os americanos refinarem estrategicamente as suas relações com os países africanos, essencialmente demonstrando que a cooperação com a Rússia, através das CMP, será altamente prejudicial para a segurança desses mesmos países, a muito curto prazo."

Brisa
CONCESSÃO

Comunicado

Beneficiação do Pavimento Aveiro Sul – Albergaria (A1)

Durante os meses de abril a dezembro de 2024

A Brisa Concessão Rodoviária (BCR) informa que irá efetuar obras de beneficiação do pavimento, no Sublanço Aveiro Sul – Albergaria (A1/IP5), da A1-Autoestrada do Norte, pelo que irão existir constrangimentos, por meio de implementação de cortes de via e/ou basculamentos de tráfego.

Os trabalhos ocorrerão durante oito meses.

A Brisa agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, estando certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de qualidade, segurança e conforto que resultam de uma autoestrada mais bem-adaptada às necessidades de quem a utiliza.

Para informação de trânsito atualizada poderá consultar o site www.brisaconcessao.pt.

Melhoramos a pensar em si

REPÚBLICA PORTUGUESA
AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

Direção-Geral de Energia e Geologia

EDITAL

INSTALAÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS DE PETRÓLEO/ POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Processo CAC N.º 2293

Em conformidade com a disposição n.º 9 da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, são convidadas as entidades singulares ou coletivas a apresentar, por escrito, a esta Direção-Geral, Área Sul – Algarve, sita em Rua Prof. António Pinheiro e Rosa, 1, 8000-546 Faro, dentro do prazo de 20 dias, a contar da data da publicação deste edital, as suas reclamações contra a concessão da licença requerida pela entidade abaixo indicada, nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, podendo para o efeito examinar o respetivo processo.

Entidade: Petrogal, S.A.

Localização da Instalação:
Morada: Aeroporto de Faro
Localidade: Montenegro
Freguesia: Montenegro
Concelho: Faro
Distrito: Faro

Finalidade: venda

Produto	Instalação	Capacidade (litros)
Gasóleo Rodoviário	Reservatório enterrado	40 000 L
Gasolina Euro Super (I.O.95)	Reservatório enterrado	10 000 L
Gasóleo Rodoviário	Reservatório enterrado	18 000 L

num total de 68 000 litros.

28 de novembro de 2023

O Diretor-Geral
Jerónimo Meira da Cunha

CARTÓRIO NOTARIAL
JOANA DE FARIA MAIA, NOTÁRIA

EXTRATO

Joana de Faria Maia, Notária deste concelho, com Cartório sito na Avenida Barbosa du Bocage, 88 A, na cidade de Lisboa, **CERTIFICA**, narrativamente para efeitos de publicação, que, por escritura, lavrada hoje a folhas 28 do Livro de Escrituras Diversas número 25-B deste Cartório, Lucinda Isabel Antunes Vinagre de Sousa Valente, viúva, natural de Marquês de Pombal, Lisboa, residente na Avenida Dr. Mário Moutinho, lote 1520, 9.º, Belém, Lisboa, NIF 103 789 782, aclarou a escritura lavrada no dia 7 de junho de 2023, exarada a folhas 120 do Livro de Escrituras Diversas número 12-B deste Cartório, no sentido de que os prédios lá mais bem descritos (os urbanos compostos de frações autónomas designadas pelas letras "A", e, "D" parte do prédio em regime de propriedade horizontal sito na Rua Gonçalo Braga, letras J M, em Moscavide, freguesia de Moscavide e Portela, do concelho de Loures, onde se encontra inscrito na matriz sob o artigo 935, e, descrito na freguesia de Moscavide na Segunda Conservatória do Registo Predial de Loures sob o número seiscentos e noventa e quatro), lhe advieram à posse em data que não pode precisar, mas cerca do ano de 1978, já no estado de divorciada de Domingos José de Sousa Valente, com quem partilhou verbalmente este quinhão hereditário de que era titular na herança do seu falecido pai Joaquim Manuel Vinagre, e, em virtude do divórcio entre ambos, e que, em sede dessa partilha por divórcio não titulada, lhe ficou adjudicada a ela justificante, tendo, nesse mesmo ano, partilhado, também verbalmente com sua mãe, e, por decisão conjunta de ambas, lhe foi atribuída a propriedade total daqueles dos prédios descritos na retificanda escritura, tendo pago as devidas tornas de cada partilha, e, disso recebido quitação; que, não obstante não dispor de título formal que legitime o seu domínio sobre os prédios justificados, vêm os referidos prédios a ser possuídos por si, há mais de vinte anos, deles retirando todas as suas utilidades, limpando-os, procedendo às necessárias obras de restauro, usando todas as utilidades por ele proporcionadas, pagando os respetivos impostos, com ânimo de quem exerce direito próprio, sendo reconhecida por sua dona por toda a gente, fazendo-o de boa fé, por ignorar lesar direito alheio sem a menor oposição de quem quer que seja desde o seu início, posse essa que sempre exerceu, sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública;

Que, dadas as enunciadas características de tal posse, a justificante adquiriu os citados prédios por usucapião, título este que, por natureza, não é suscetível de ser comprovado pelos meios normais.

Lisboa, 16 de abril de 2024

A Notária
Joana de Faria Maia

SEDE
Avº 24 julho, 132
1350 346 LISBOA
Tel: 213 920 350 - Fax: 213 968 202
sede@sep.pt
CDI
Av. 24 de Julho, 132, 1º
pedidos.cdi@sep.pt

SEP
SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES
www.sep.org.pt

AVISO PRÉVIO DE GREVE

GREVE NACIONAL DE ENFERMAGEM

Dia 10 de maio de 2024
(Turnos: Manhã e Tarde)

I – DECLARAÇÃO DE GREVE
A Direção do SEP – Sindicato dos Enfermeiros Portugueses – *ao abrigo e nos termos do art.º 57.º, n.ºs 1 e 2, da Constituição da República Portuguesa, dos art.ºs 394.º, n.º 1, e 395.º, primeiro segmento, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e dos art.ºs 530.º, n.ºs 1 e 2, e 531.º, n.º 1, do Código do Trabalho, em leitura harmoniosamente conjugada* – **DECRETA GREVE**, no âmbito *(territorial, institucional e pessoal)* abaixo identificado, **para o dia 10 de maio de 2024**, com início às 08h00 e términos às 24h00 do dia 10 de maio (ou seja, os turnos da manhã e da tarde, todos estes quando os hajam, mas, em todo e qualquer caso, só no "período de trabalho programa"), sob a forma de paralisação total do trabalho (sendo, no entanto, assegurada a prestação dos serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de "necessidades sociais impreteríveis", nos termos adiante expostos).

II – ENTIDADES DESTINATÁRIAS
1 – Primeiro-Ministro; Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros; Ministro de Estado e das Finanças; Ministro da Presidência; Ministro Adjunto e da Coesão Territorial; Ministra da Saúde; Ministro da Economia; Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ministro da Defesa Nacional; Ministra da Justiça; Ministro da Educação, Ciência e Inovação e todos os demais Ministros e membros do Governo da República;
2 – **DIRETOR EXECUTIVO** (da Direção Executiva) **do Serviço Nacional de Saúde** [porque legalmente competente para representar o Serviço Nacional de Saúde, vinculando-o];
2.1 – Entidades Empregadoras: Administrações Regionais de Saúde; Entidades Públicas Empresariais da Saúde, E.P.E.; Hospital Cascais Dr. José de Almeida/Grupo Ribera Salud, e, bem assim, todos os Institutos Públicos e demais Entidades, Serviços e Organismos do Setor Público da Saúde (personalizados ou não) que tenham enfermeiros ao seu serviço, independentemente do "regime" de prestação do trabalho;
3 – Presidente do Governo Regional dos Açores, Secretário Regional da Saúde e Desporto e todos os demais membros do Governo Regional;
4 – Todas as Entidades Empregadoras Públicas de Saúde da Região Autónoma dos Açores e, bem assim, todas as demais Entidades, Serviços e Organismos do Sector Público Regional da Saúde (personalizados ou não) que tenham enfermeiros ao seu serviço, independentemente do "regime" de prestação do trabalho;

III – OBJETIVOS DA GREVE
No âmbito das comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro e face à entrega do Caderno Reivindicativo e pedido de reunião ao Ministério da Saúde, os Enfermeiros exigem e lutam:
Pelo início do processo negocial com fixação de Memorando de Entendimento em Protocolo Negocial, que integre, designadamente:
A – Carreira de Enfermagem
- Valorização salarial da Carreira de Enfermagem.
- Compensação do Risco e a Penosidade inerente à Profissão, nomeadamente através de condições especiais para a aposentação – aposentação mais cedo.
- Transição para a categoria de Enfermeiro Especialista de todos os enfermeiros que, a 31 de maio de 2019, detinham o título de Enfermeiro Especialista.
- Que os enfermeiros posicionados em "posições virtuais", sejam colocados em posições definitivas da carreira e correção de outras injustiças.

B – Contagem de Pontos
- O pagamento dos retroativos desde 2018 e correção de todas as injustiças relativas.

C – Outros aspetos constantes do Caderno reivindicativo

IV – SERVIÇOS MÍNIMOS INDISPENSÁVEIS PARA OCORRER A NECESSIDADES SOCIAIS IMPRETERÍVEIS *(são aqui dados por sabidos os conceitos de* **"mínimo"**, *de* **"indispensável"**, *de **"necessidade social"** e de* **"impreterível"**).
V – A NOSSA PROPOSTA NEGOCIAL
1 – Serviços abrangidos: Os que constam do aviso prévio.
2 – Objetivos da greve: Os que constam do aviso prévio.
3 – Pessoal abrangido: O que consta do aviso prévio.
4 – Período de greve: O que consta do aviso prévio.
5 – Exercício do Direito à Greve: A adesão à greve manifesta-se pela não assinatura do livro do ponto, pela não marcação no relógio de ponto ou em qualquer outro meio mecânico de controlo da assiduidade e da pontualidade.
6 – Rendições de turno: Os grevistas não têm o dever legal de render não aderentes, findo o turno destes.
7 – Grevistas na prestação de "serviços mínimos": Têm, legalmente, direito ao respetivo estatuto remuneratório.
8 – Piquete de greve
8.1 – Os grevistas acordarão entre si quem permanecerá no serviço para ocorrer a situações impreteríveis, constituindo-se em "Piquete de Greve".
8.2 – O piquete de greve tem direito a instalação em local conhecido de todos os enfermeiros, com telefone à disposição.
9 – Comparências
9.1 – Nos serviços que encerram ao sábado e/ou domingo e, bem assim, os que não funcionam 24h00/dia, os profissionais de enfermagem não têm o dever legal de comparecer ao serviço.
9.2 – Nos serviços em que o número de não aderentes for igual ou superior para assegurar os serviços mínimos indispensáveis, os grevistas podem abandonar o local de trabalho.
9.3 – Excetuam-se os profissionais de enfermagem que deverão integrar o piquete de greve.
10 – Serviços mínimos: Os cuidados de enfermagem a prestar em situações impreteríveis.
11 – Cuidados de enfermagem que devem ser prestados:
i) Em situações de urgência nas unidades de atendimento permanentes que funcionam vinte e quatro horas por dia;
ii) Nos serviços de internamento que também funcionam vinte e quatro horas por dia;
iii) Nos cuidados intensivos;
iv) No bloco operatório – com exceção dos blocos operatórios de cirurgia programada;
v) Na urgência;
vi) Na hemodiálise;
vii) Nos tratamentos oncológicos.
12 – Serviços mínimos de tratamento oncológico
a) A realização de intervenções cirúrgicas ou início de tratamento não cirúrgico (radioterapia ou quimioterapia), em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 4, nos termos da Portaria n.º 153/2017, de 4 de maio;
b) A realização de intervenções cirúrgicas em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 3, nos termos da Portaria n.º 153/2017, de 4 de maio, quando exista determinação médica no sentido da realização dessa cirurgia e, comprovadamente, não seja possível a reprogramação da cirurgia nos 15 dias seguintes ao anúncio da greve;
c) A continuidade de tratamentos programados em curso, tais como programas terapêuticos de quimioterapia e de radioterapia, através da realização das sessões de tratamento planeadas, bem como tratamentos com prescrição diária em regime ambulatório (por exemplo, antibioterapia ou pensos).
12.1 – Outras situações, designadamente cirurgias programadas sem o carácter de prioridade enunciado:
– Devem ser consideradas de acordo com o plano de contingência das instituições para situações equiparáveis, designadamente:
a) Tolerância de ponto – anunciadas frequentemente com pouca antecedência;
b) Cancelamento de cirurgias no próprio dia – por inviabilidade de as efetuar no horário normal de atividade do pessoal ou do bloco operatório.
13 – "Hospital de Dia": Não é necessária a prestação de serviços mínimos adicionais (estão satisfeitas as exigências de urgência e os casos especialmente graves em matéria oncológica).
14 – Pessoal de enfermagem para prestação de serviços mínimos indispensáveis
14.1 – **Número** de profissionais de enfermagem **igual** ao do turno da noite, no horário aprovado à data do anúncio da greve.
14.2 – O número referido é acrescido dos seguintes meios adicionais, referentes ao bloco operatório para cirurgia de oncologia:
a) 3 profissionais de enfermagem (1 instrumentista, 1 de anestesia e 1 circulante) no bloco operatório. E,
b) 1 profissional de enfermagem a assegurar o recobro.

VI – LICITUDE DO RECURSO AO TRABALHO DOS ADERENTES À GREVE
Só é lícito o recurso ao trabalho dos aderentes à greve quando a prestação de serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis não possa ser assegurada por profissionais de enfermagem disponíveis, não aderentes, detentores de qualificação profissional adequada para a prestação de cuidados de enfermagem.

VII – SEGURANÇA E MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO E INSTALAÇÕES
* A "segurança e manutenção do equipamento e instalações" é matéria alheia às legais "competências funcionais" do pessoal de enfermagem. Sendo certo que,
* Existe mesmo "corpo" profissional a quem tal está cometido. De todo o modo,
* O pessoal de enfermagem, como sempre o faz, assegurará a praticabilidade funcional do "instrumentalmente" necessário para o seu desempenho profissional, no quadro da prestação dos "serviços mínimos indispensáveis".

Lisboa, 18 de abril de 2024

Pel' **A DIREÇÃO**

José Carlos Martins
(Presidente do SEP)

Célia Matos
(Dirigente Nacional)

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Roger Schmidt tem 33 vitórias em 51 jogos esta temporada.

Contestação a Schmidt cresce, mas entrada direta na *Champions* é possível

CRISE "Onde está o Benfica dinâmico que jogou os dois dérbis com o Sporting?", questiona Álvaro Magalhães, dizendo que o presidente Rui Costa terá de tirar "ilações" de uma época com apenas uma Supertaça.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Sem decisões a quente. Apesar da eliminação na Liga Europa, quinta-feira, diante do Marselha, e da cada vez maior onda de contestação, o presidente do Benfica, Rui Costa, só irá pegar no dossiê Roger Schmidt quando (e se) for matematicamente impossível revalidar o título de Campeão Nacional, de acordo com informações recolhidas pelo DN.

Nesta altura, quando faltam jogar cinco jornadas, o clube da Luz está no 2.º lugar, a sete pontos do líder Sporting, e o presidente benfiquista considera importante passar um sinal de confiança e estabilidade para garantir pelo menos o objetivo Liga dos Campeões.

A não-entrada direta na *Champions* pode ser o motivo que falta para colocar um ponto final na ligação do alemão ao Benfica, que foi campeão na primeira época e que no início desta temporada venceu a Supertaça. Além dos milhões envolvidos que podem comprometer o projeto em 2024-25, há também a ter em conta a forma como esta época decorreu. O técnico tem sido criticado por ter tomado algumas decisões questionáveis ao nível tático e de gestão dos jogadores: exemplo disso são os vários jogos em que não esgotou as substituições.

Além disso, não caiu bem o facto de Schmidt ter abandonado o relvado do Velódrome quando os jogadores ainda digeriam a eliminação no desempate por penáltis e agradeciam o apoio dos adeptos. Isto apesar da explicação dada pelo alemão: "Estava desapontado e sabia que os jogadores também estavam. Nestes momentos não podes dizer muito à equipa e não há nada que diminua a dor. São precisos alguns dias para lidar com a derrota." A atitude foi vista, internamente, por alguns dirigentes, como um líder a abandonar o grupo quando precisa de se erguer para o que resta da temporada.

O barreira com os adeptos é notória nos assobios que lhe dedicam. E os sócios não esquecem que Rui Costa ficou do lado do alemão quando este ameaçou bater com a porta se continuassem a assobiar em vez de apoiar. Isso mesmo ficou bem vincado nas redes sociais, ontem, quando o clube agradeceu a presença dos adeptos no Velódrome. "Estamos cansados de frases motivacionais. Façam alguma coisa!!!", escreveu um dos muitos adeptos que reagiram à publicação.

Benfica sem chama, reclama Álvaro Magalhães

Os Campeões Nacionais têm 33 vitórias em 51 jogos na temporada. Os 49 golos sofridos atestam os problemas defensivos, enquanto os 102 marcados são enganadores e não refletem poderio ofensivo. Nenhum dos pontas-de-lança (Tengstedt, Arthur Cabral e Marcos Leonardo) tem mais de 10 golos e o melhor marcador da equipa é Rafa Silva, com 20, seguido de Di María com 16 e Arthur Cabral com 10.

"Não gosto de ver o Rafa como avançado. Para mim, ele tem de ser vagabundo no ataque, livre para explorar a sua velocidade e os espaços ou torna-se um jogador banal", reagiu Álvaro Magalhães ao DN, sem querer, para já, "crucificar" Roger Schmidt. "O treinador saberá, pelos treinos, quem está melhor para cada posição, mas o plantel devia ter, e tem, algumas opções", disse o antigo jogador, que também não gosta de ver a equipa jogar sem avançados de raiz.

Sobre a continuidade do técnico, Álvaro é da mesma opinião de Sven-Göran Eriksson, que depois de ser homenageado no Estádio da Luz, durante o Benfica-Marselha da semana passada, disse que num clube como o Benfica é obrigatório vencer ou ir embora. "A pressão é enorme, não só pela história, como pelo adeptos, mas os resultados não são o único barómetro. Os adversários também jogam e quando são melhores nada a dizer. O problema é ver um Benfica sem chama ou estilo definido. Onde está o Benfica dinâmico que jogou nos dois dérbis com o Sporting?", questionou Álvaro.

Para o também antigo adjunto de Giovanni Trapattoni no Benfica, "ganhando ao V. Guimarães, o campeonato já não foge ao Sporting e, se assim for, o Benfica termina com uma Supertaça, o que é pouco para o louco investimento que foi feito e, no final da época, quem lidera o clube terá de tirar as suas ilações". Um recado dirigido a Rui Costa.

"A boa solução" era aparecer um clube interessado no técnico para que a saída fosse airosa. Mas o falhanço de Schmidt será também da estrutura do futebol e do seu presidente que assumiu a aposta a nível pessoal e daí ser "matéria sensível". Para já "é obrigatório" vencer o Farense na jornada 30 da I Liga (2.ª feira) e não deixar aproximar o FC Porto do 2.º lugar, que ainda pode valer a entrada direta na *Champions*.

Milhões em jogo

O técnico alemão viu o contrato renovado na época passada, após oito meses no cargo, quando ainda não tinha o título assegurado. Mas a confiança era tal, que Rui Costa prolongou a ligação até 2026, com significativa melhoria salarial – passou de cerca de três milhões de euros limpos por ano para quatro milhões esta época, sendo que continuará a aumentar um milhão por época até junho de 2026. O novo vínculo totaliza, com o pagamento de impostos, cerca de 30 milhões.

E se despedir Roger Schmidt antes do fim do contrato custa milhões de euros ao Benfica, a não ser que o clube e o treinador cheguem a um acordo de saída por valores inferiores, a não-entrada na milionária Liga dos Campeões 2024-25 pode significar, pelo menos, um rombo de 30M€. Esse é um cenário que pode ser evitado garantindo o 1.º lugar , mas os sete pontos de atraso para o Sporting parecem ser impossíveis de alcançar, mas o 2.º lugar também pode cumprir esse objetivo de entrada direta na *Champions*.

O vencedor da Liga Europa tem uma vaga na Liga dos Campeões, mas se for uma equipa que conquista esse lugar pelo Campeonato do seu país, segundo as regras da UEFA, a vaga fica para o clube com melhor *ranking* na UEFA, de entre todos os que estiverem nas pré-eliminatórias da *Champions*. Ora, segundo o cenário atual, esse clube será o Benfica, que se encontra no 19.º lugar do *ranking* UEFA de clubes a cinco anos – se for o FC Porto ficar em 2.º lugar, também será o melhor clube neste *ranking*.

Portanto, o Benfica precisa nesta altura que o já Campeão da *Bundesliga*, o Bayer Leverkusen, vença a Liga Europa para libertar essa vaga. Mas se o vencedor da prova for a AS Roma, perspetivas diminuem, pois os romanos precisam de terminar nos quatro primeiros lugares da Série A, mas neste momento estão em 5.º, a quatro pontos do Bolonha. O mesmo se aplica à Atalanta, que nesta altura é 7.º e tem essa possibilidade mais complicada, pois está a oito pontos do 4.º lugar. O que não serve de todo é o Marselha ganhar a Liga Europa, pois está em 9.º da *Ligue 1*, com menos 13 pontos que o Mónaco, que é 3.º e tem a última vaga francesa.

Com a queda do Benfica deixou de haver equipas portuguesas a contribuir para o *ranking* UEFA e Portugal terminou assim a época com 11 mil pontos, mas recuperar o 6.º lugar parece complicado, uma vez que os Países Baixos, sextos classificados, vão acabar com 61 300 pontos, contra os 56 316 de Portugal, que tem de melhorar o desempenho na próxima época se quiser voltar a ter duas equipas com entrada direta na *Champions*.

isaura.almeida@dn.pt

Francisco pode comemorar a dobrar no clássico com o Sporting

FC PORTO Extremo a caminho de igualar o número de jogos do pai com a camisola portista. E pode ficar, em definitivo, contratualmente ligado aos dragões também após o jogo diante do rival.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

A má campanha do FC Porto esta temporada (3.º lugar como os mesmos pontos do Sp. Braga e já a 18 do líder Sporting e a 11 do 2.º classificado, o Benfica) contrasta com a excelente época de Francisco Conceição, filho do treinador portista, que tem sido uma das principais figuras da equipa. E os próximos dias, mais concretamente o clássico com o Sporting agendado para dia 28, prometem ser especiais para o jovem extremo: será neste jogo que irá cumprir a cláusula acordada com o Ajax que lhe permite ser definitivamente jogador do FC Porto, e será também no desafio frente aos leões que irá igualar o número de jogos do pai Conceição com a camisola portista.

Partindo do princípio de que será aposta amanhã, frente ao Casa Pia, e dia 28, na receção ao Sporting, Francisco pode ficar (outra vez) contratualmente vinculado ao FC Porto. No acordo de empréstimo feito com o Ajax, ficou estipulado entre as partes uma cláusula de compra no valor de 10 milhões de euros assim que o jovem cumprisse, pelo menos, 45 minutos em 25 jogos esta época. Ou seja, faltam-lhe apenas dois para cumprir os requisitos. Algo que será certamente uma realidade, até devido ao seu atual estatuto de titular.

Francisco Conceição rumou ao Ajax no verão de 2022, quando tinha 19 anos. Apesar de já na altura lhe apontarem um futuro promissor, o emblema de Amesterdão pagou os cinco milhões de euros que constavam na cláusula e o extremo aceitou viajar para os Países Baixos, então por achar que seria melhor para a sua carreira não estar debaixo da asa do pai, até porque durante essa época foram várias as referências a um suposto benefício por ser filho de quem era, e Francisco quis na altura voar sozinho.

A aventura neerlandesa acabou por não correr como esperava. Apesar de utilizado em 28 jogos, marcou apenas um golo e fez três assistências e, por isso, no início da época o FC Porto resgatou-o a título de empréstimo com uma opção de compra, ficando então contemplado o tal número de jogos e minutos e os 10 milhões de euros. Algo que pode ser efetivado logo após o jogo com os leões no Dragão.

89 como o pai Conceição

Mas o clássico com o Sporting será também especial devido a uma curiosidade. É que Francisco Conceição vai igualar (se atuar nos dois desafios) o número de jogos do pai com a camisola do FC Porto, ou seja, 89. Neste momento contabiliza 87 pela equipa principal portista, repartidos por três épocas (2020-21, 2021-22 e 2023-24).

O pai Sérgio Conceição realizou um total de 89 jogos com a camisola do FC Porto, com 11 golos marcados. Francisco está quase a atingir o mesmo número e só tem menos um golo apontado.

O pai, Sérgio Conceição, em três épocas (1996-1997, 1997-1998 e 2003-04) e duas passagens pelo FC Porto, chegou aos 89 jogos e também com um número de golos semelhante: 11, ou seja, apenas mais um do que o filho tem atualmente.

A diferença é que Francisco estreou-se pelo FC Porto mais jovem do que o pai – fez o seu primeiro jogo pelos dragões em fevereiro de 2021, com 18 anos, entrando na segunda parte de um jogo da I Liga frente ao Boavista.

Já Sérgio Conceição estreou-se de forma oficial com a camisola azul e branca aos 21 anos. O então treinador António Oliveira colocou-o em campo na segunda parte, no lugar de Edmilson, durante a primeira mão da Supertaça de 1996, nas Antas, contra o Benfica.

Curiosamente, na seleção nacional tiveram o batismo precisamente com a mesma idade: 21 anos. Sérgio vestiu pela primeira vez a camisola das quinas a 8 de novembro de 1996, uma semana antes de completar 22 anos. Chamado por Artur Jorge, saltou do banco aos 65 minutos para render Rui Costa, num jogo frente à Ucrânia, da fase de qualificação para o Mundial, no velhinho Estádio das Antas, que Portugal venceu por 1-0.

Francisco foi *batizado* recentemente por Roberto Martínez, a 26 de março, mas não foi feliz. Estreou-se na derrota por 2-0 diante da Eslovénia, um particular de preparação para o Euro2024, entrando na segunda parte para o lugar de Otávio.

Há uns meses, numa entrevista ao jornal espanhol *Marca*, Francisco falou de como é ser treinado pelo pai. "É difícil, mas a forma como eu e o meu pai vivemos o futebol torna tudo mais fácil, porque sabemos distinguir os papéis de treinador e filho, pai e filho e jogador e treinador. Sabemos distinguir bem e continuamos a dar tudo para termos sucesso juntos, que é o que ambos queremos. Nós falamos de tudo. Falamos de futebol, mas só num contexto de trabalho. Em casa falamos mais da família, dos amigos, não tanto de futebol, porque também ajuda a aliviar o *stress* do futebol", explicou.

nuno.fernandes@dn.pt

TONY DIAS / GLOBAL IMAGENS

Francisco Conceição tem sete golos marcados e cinco assistências esta época em 37 jogos.

BREVES

FC Porto perde com Milan na *Youth League*

O FC Porto falhou ontem a possibilidade de se apurar para a segunda final da *UEFA Youth League* da sua história. A equipa treinada por Nuno Capucho perdeu com o AC Milan no desempate por penáltis (4-3), depois de uma igualdade 2-2 nos 90 minutos disputados na cidade suíça de Nyon. Os italianos, que chegam à final da *Champions* dos mais novos pela primeira vez, colocaram-se a vencer por Filippo Scotti (12 minutos), tendo Jorge Meireles (41', de penálti) e Gabriel Brás (66') dado a volta ao resultado. Mas quando os portistas já estavam a pensar na final, o dinamarquês Alexander Simmelhack fez o empate na última jogada da partida. No desempate, Jorge Meireles e Gil Martins falharam e a festa foi do AC Milan, que vai jogar com os gregos do Olympiacos, que venceu o Nantes também nos penáltis.

Vitesse perde 18 pontos e desce de divisão

O Vitesse, um dos clubes históricos do futebol dos Países Baixos, viu a federação neerlandesa retirar-lhe 18 pontos e está já condenado à descida de divisão, pois como tinha 17 ainda ficou com um negativo. O clube cai assim para a II Liga 35 anos depois. Na base deste castigo estão os sucessivos incumprimentos relativos aos regulamentos de licenciamento. De acordo com a Federação de Futebol Neerlandesa, "o montante da sanção baseia-se na gravidade e extensão excecionais das infrações ao sistema de licenças", com o clube a ser acusado de omitir e fornecer informações incorretas no âmbito da investigação sobre possíveis violações da legislação em matéria de sanções, assim como maquilhar alguns dados. O Vitesse chegou a apresentar um plano de reestruturação, mas não foi aceite pela federação.

O eterno fascínio pelos Beatles no palco do Tivoli

ESPETÁCULOS Terminaram há 54 anos (feitos no dia em que se realizou esta conversa) mas o seu legado continua a conquistar novos fãs. Falamos dos Beatles, que a banda de tributo Peakles e a Lisbon Film Orchestra evocam em dois concertos, a 29 e 30 de Abril.

TEXTO **MARIA JOÃO MARTINS**

Visite o túmulo de Eleanor Rigby. Conheça Strawberry Fields, Penny Lane, as casas onde cresceram Lennon, McCartney, Starr e Harrison. Em Liverpool há um mapa da cidade e há um mapa dos Beatles, com todos os lugares que eles ainda habitam sob a forma de fantasmas beneméritos. E o visitante, enfeitiçado por canções que ouve desde criança, responde ao apelo dos vendedores de percursos: visita todos esses lugares que tem por sagrados e as casas que guardam os sonhos de grandeza de quatro rapazes da classe operária.

Em 2014, os portugueses Peakles fizeram todo esse itinerário com a devoção que, em tal circunstância, toma os fãs dos *fab four*, mas tornaram-se também a primeira e única banda portuguesa a participar no *International Beatles Week Fest*, com dez concertos em cinco dias, em Liverpool (essa cidade da Costa Ocidental de Inglaterra, em que a popularidade dos ídolos da música *pop/rock* só é superada pela dos craques do Liverpool FC e, mais modestamente, do Everton FC).

Mais de uma década depois, a tal devoção mantém-se e animou os Peakles a desafiarem a Lisbon Film Orchestra (LFO) para o espetáculo *Yesterday*, que subirá ao palco do Teatro Tivoli, em Lisboa, nos próximos dias 29 e 30 de Abril.

No princípio de tudo, explica-nos Nuno Sá, maestro da LFO, está um filme de 2019: *Yesterday*, de Danny Boyle, em que se conta a singular história de Jack Malik, cantor e compositor de música *pop* sem grande sucesso, até ao dia em que é atropelado por um autocarro durante um apagão de eletricidade, de dimensões globais. Quando recupera, canta *Yesterday* aos amigos e constata, em choque, que eles não só não conhecem a canção, como nunca ouviram falar dos Beatles. Nos dias que se seguem, Jack perceberá que esse desconhecimento é mundial e não resiste a tocar as músicas da banda como se fossem da sua autoria. Alcança o sucesso tão ambicionado, mas o dilema moral que, em determinado momento, se lhe coloca, é poderoso.

Como nos diz Nuno Sá, "habitualmente fazemos concertos com bandas sonoras de filmes e séries, assinadas por grandes compositores que trabalharam para cinema, como John Williams ou Hans Zimmer, mas verificamos que o público gosta que se introduza sempre uma ou outra canção, para além da parte instrumental. Foi, também por isso, que aceitámos o convite dos Peakles, até porque as canções dos Beatles também nos dizem muito."

> Em 2014, os portugueses Peakles tornaram-se também a primeira e única banda portuguesa a participar no *International Beatles Week Fest*, com dez concertos em cinco dias, em Liverpool.

Um "namoro" antigo

O namoro entre esta banda de tributo aos Beatles e a LFO "é coisa antiga", revelam-nos os dois elementos presentes na conversa, Nelson Mendes e Ricardo Monteiro, ambos fundadores, com André Conceição (hoje são cinco ao todo, e não quatro, porque, dizem, "a sonoridade mudou desde os Anos 60 e já não é possível assegurar aquela qualidade só com quatro músicos").

Para eles, esta "aventura" começou em 2013, quando a formação inicial começou a tocar em bares, que é o percurso habitual das bandas de tributo. Mais tarde, juntar-se-iam Luís Félix e João Parreira. Estavam constituídos os Peakles: "A sonoridade do nome tinha de ser parecida com Beatles e o significado tinha de ser igualmente absurdo", lembram.

Tanto cantaram que, em 2014, aí estavam eles atirados para o lugar onde tudo acontecera, 50 anos antes: Liverpool. Dez concertos em cinco dias, sempre com salas cheias. "À nossa revelia, o nosso baterista mandou um *demo* para a organização e nós ficámos bastante céticos. Com tantas bandas, de todo o mundo, a tocarem Beatles, não era provável que nos chamassem. Mas chamaram – e foi incrível."

No entanto, mesmo já depois de terem repetido a experiência, continuam perplexos: "Como é que uma banda que terminou há 54 anos – capricho do destino, completados no dia em que fizemos a entrevista, 10 de Abril – continua a alimentar um festival de uma semana, com grupos de todo o lado a tocar Beatles, com salas sempre cheias. Como é que se consegue?"

(*Da esquerda para a direita*) Nuno Sá, Nélson Mendes e Ricardo Monteiro.

Com esta experiência, os músicos perceberam também que o legado da banda "muda conforme o país". "É diferente na Rússia, Turquia, Japão ou em Portugal e é muito engraçado perceber como é que a música deles chegou às pessoas, em diferentes contextos. Em alguns países, ela entrou mesmo de forma clandestina."

Compreenderam também que há muitos modos de prestar tributo à banda de eleição de todos: "Há grupos que se vestem todos à Beatles e chegam ao preciosismo de ter um baterista canhoto, como era o Ringo Starr. Esse não é o nosso registo, embora gostemos de combinar o casaco com a gravata fininha, que foi a imagem de marca deles nos primeiros anos."

Era o tempo em que as nossas mães e avós desmaiavam à passagem de John, Paul, George e Ringo, em que os bailes de aldeia os copiavam como podiam, em transcrições fonéticas aproximativas que resultavam em coisas como "Oh Leonilde is ló." E, finalmente, foi também o tempo em que a Rádio Renascença proibiu a passagem de discos da banda, indisposta com o facto de John Lennon ter declarado que "eram mais populares do que Jesus Cristo."

Mas o alinhamento que vamos ter no Tivoli privilegia as canções mais complexas, da fase em que os Beatles, cansados de tanto chilique das fãs, já não atuavam ao vivo. Como nos diz Ricardo Monteiro: "Apresentamos um repertório para todo o tipo de apreciadores, mas, porque temos a possibilidade de tocar com uma orques- tra de 20 elementos, vamos interpretar temas como *Eleanor Rigby*, um *medley* de *Abbey Road*, por exemplo ou o *Now and Then*, que saiu no ano passado, depois de muitas peripécias."

Tema de cor

Para os três, maestro e Peakles, a música da banda chegou por via dos pais, mas não é um tesouro do passado, antes uma fonte de cons-

PEDRO ROCHA / GLOBAL IMAGENS

AS CANÇÕES PREFERIDAS

Nuno Sá:
Michelle, Ma Belle – do álbum *Rubber Soul* (1965)

The long and winding road – do álbum *Let It Be* (1970)

And I love her – do álbum *A Hard Day's Night* (1964)

Nelson Mendes:
Blackbird – do álbum *The Beatles* (também conhecido por *The White Álbum,* 1968)

Because – do álbum *Abbey Road* (1969)

For no one – de álbum *Revolver* (1966)

Ricardo Monteiro:
The Long and winding road – do álbum *Let It Be* (1970)

Because – do álbum *Abbey Road* (1969)

Rocky Racoon – do disco *The White Álbum,* (1968)

tante descoberta. Ricardo Monteiro é professor de Música e, quando começou a escolher canções dos Beatles para levar aos miúdos, deu por si com uma *pen* com cerca de 250 temas, dos quais só dispensaria uns…cinco. Essa qualidade, só por si, já justifica a longevidade do mito e o facto de mes- mo crianças pequenas, ainda hoje, saberem de cor vários temas.

Algo que eles – Peakles – já comprovaram ao vivo e a cores, nos seus próprios espetáculos: "Uma vez, tivemos um miúdo que cantou as canções todas, do princípio ao fim, não apenas as mais conhecidas, mas mesmo as que estão nos lados B dos discos. De outra vez, na Ericeira, estávamos um pouco preocupados porque percebemos que o público era muito adolescente. Puro engano. Também sabiam tudo e fartaram-se de cantar e dançar."

A longevidade deste tributo não se esgota no público. Mesmo entre os músicos, a influência é pública e notória. Para além de Frank Sinatra, que considerou (e cantou, podem ver no YouTube) S*omething* a melhor canção de amor de todos os tempos, "Ringo Starr, embora não tenha sido exatamente um virtuoso da bateria, influenciou muitos bateristas, e George Harrison assinou efeitos de guitarra que são históricos."

A este facto há que acrescentar que é aos Beatles que se deve a invenção do videoclipe, esse instrumento capaz de multiplicar até ao infinito a presença de um artista nas rádios, televisões e agora na internet." Mais recentemente, Beyoncé gravou uma versão de *Blackbird*, tema que Ricardo e Nelson colocam no seu *top*-3 dos Beatles.

O que todos esperam dos concertos de 29 e 30 é, pois, um espetáculo multigeracional que, mais do que um exercício de nostalgia, seja uma grande festa, capaz de pôr o público a dançar. Quem sabe até se Eleanor Rigby engana o seu destino de solidão e vai festejar ao Tivoli.

Ai Weiwei exibe em Lisboa cerâmica inspirada na liberdade de expressão

O artista plástico e ativista chinês Ai Weiwei vai apresentar uma exposição com esculturas em cerâmica, inspiradas no tema da liberdade de expressão, na Galeria São Roque Too, em Lisboa, a partir de 15 de maio. Sob o título de *Paradigm*, a exposição, com 17 obras, integra também uma nova série de retratos com Lego que o artista começou a usar em 2014, quando trabalhou com um material associado ao lúdico para produzir retratos de presos políticos.

Ai Weiwei "revisita frequentemente a porcelana como um meio para contar uma história que muitas vezes se baseia na ideia de transliteração", refere a Galeria São Roque num comunicado sobre a mostra, que ficará patente até 31 de julho.

Nascido em Pequim, na China, em 1957, Ai Weiwei que vive em Montemor-o-Novo desde 2023 , recebeu o grau de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Évora, que o distinguiu por ser "uma das figuras culturais mais destacadas da sua geração, e um símbolo da liberdade de expressão tanto na China como internacionalmente", sublinhou a instituição, na altura.

Paulo de Carvalho apresenta digressão de despedida

O músico Paulo de Carvalho apresenta em dezembro, no Porto e em Lisboa, o novo espetáculo "E Depois do Adeus???", que dá o mote para uma digressão que "marcará a sua retirada dos palcos", em 2025, foi ontem anunciado.

"Com formação *big band*, o nome destes concertos não é alheio à primeira senha do 25 de Abril e seguirá todo o seu notável percurso desde os primórdios até ao mais recente álbum *2020*, editado em fevereiro. Num espetáculo intergeracional, Paulo de Carvalho dá o mote para a digressão que, em 2025, marcará a sua retirada dos palcos", refere a promotora Sons em Trânsito, em comunicado.

As primeiras apresentações do espetáculo estão marcadas para 28 de dezembro no Porto, na Casa da Música, e 29 de dezembro em Lisboa, no Centro Cultural de Belém.

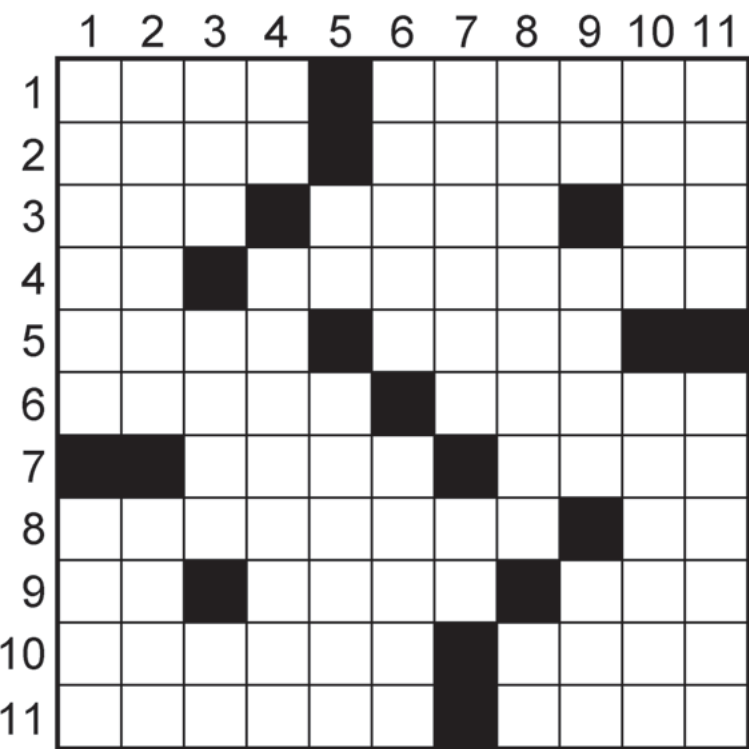
Nascido em Lisboa a 15 de maio de 1947, Paulo de Carvalho foi um dos fundadores dos Sheiks, passou pelo Thilo's Combo, integrou os Fluido ainda antes de iniciar uma carreira a solo, na década de 1970, marcada por participações em vários Festivais da Canção.

Livro crítico ao movimento trans no topo de vendas em França

A retirada das ruas de Paris de anúncios a um livro crítico ao movimento trans teve como efeito o aumento das vendas da obra na Amazon, noticia a AFP. A autoridade municipal enviou uma carta ao grupo publicitário JCDecaux – responsável pela publicidade em paragens de transportes públicos da capital parisiense.

A AFP teve acesso a essa carta e o grupo publicitário informou que já havia começado a "retirar os cartazes" dessa obra. O livro foi escrito por Dora Moutot, jornalista, e Marguerite Stern, ex-ativista do Femen, grupo feminista radical.

Ontem, *Transmania* continuava, pelo segundo dia consecutivo, no primeiro lugar de vendas na plataforma Amazon em França. "Isso tem todo o aspeto de ser um povo que não se deixa ditar o que se deve ler ou não, e gosto disso", explicou Marguerite Stern na rede X.

PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais:
1. Frade. Que presta atenção. **2.** Certo ruído na respiração. Mancar. **3.** Nome da letra N. Pondera. Símbolo do Pascal. **4.** Escândio (símbolo químico). Criticar. **5.** Grupo de pessoas que cantam ao mesmo tempo. Tontura. **6.** Campo de liça. Elimina. **7.** Agarrar. O dobro de um. **8.** Magoado. Símbolo de nanossegundo. **9.** Interjeição designativa de dor. Sem demora. Prefixo (Deus). **10.** Falta de progresso. Terra ensopada em água. **11.** Restar. Levantar.

Verticais:
1. Bem arejada. O dobro de uma. **2.** Ressentimento. Número de tentáculos no polvo. **3.** Pronome pessoal masculino. Que não é imaginário. Rubídio (símbolo químico). **4.** Caminhava para lá. Aliviar a pena, a dor, a aflição de quem sofre. **5.** Parlamento Europeu. Esbelta. **6.** Gesto para chamar a atenção. Precisão. **7.** Expelir da garganta. «De» + «o». **8.** Extremamente fatigado, esgotado. Los Angeles (abreviatura). **9.** Símbolo de nordeste. Rasteiro. Um certo. **10.** Um dos conceituados símbolos da gastronomia espanhola. Sétima arte. **11.** Discursar. Limpar o nariz de mucosidades.

SUDOKU

			6	4				
		2		5				
		7			3	8	4	6
		1		3	2			
		3		6				9
2				7			3	
				2	7	6		
6	7	4	5	1		3	2	
1							5	

SOLUÇÕES

9	3	8	6	4	1	5	7	2
3	6	2	7	5	8	9	1	4
5	1	7	2	9	3	8	4	6
8	5	1	6	3	2	4	9	7
7	4	3	1	6	5	2	8	9
2	9	6	8	7	4	1	3	5
3	8	5	4	2	7	6	9	1
6	7	4	5	1	9	3	2	8
1	2	6	3	8	9	7	5	4

Palavras Cruzadas

Horizontais:
1. Frei. Atento. 2. Rala. Coxear. 3. Ene. Pesa. Pa. 4. Sc. Censurar. 5. Coro. Oira. 6. Arena. Risca. 7. Asir. Dois. 8. Dolorido. Ns. 9. Ui. Logo. Teo. 10. Atraso. Lama. 11. Sobrar. Alar.

Verticais:
1. Fresca. Duas. 2. Rancor. Oito. 3. Ele. Real. Rb. 4. Ia. Consolar. 5. PE. Airosa. 6. Aceno. Rigor. 7. Tossir. Do. 8. Exaurido. LA. 9. NE. Raso. Tal. 10. Tapa. Cinema. 11. Orar. Assoar.

Diario de Noticias

A INGLATERRA e as suas relações com a Russia

A VIAGEM AEREA LISBOA-MACAU

O CONGRESSO NACIONAL DE NATAÇÃO

UMA QUESTÃO FINANCEIRA

NOVOS LIVROS

A PASCOA

O MONUMENTO A CAMILO

EMPREGADA CUIDADOSA

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 20 DE ABRIL DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

A VIAGEM AEREA LISBOA-MACAU

O avião "Patria" aterrou ante-ontem em Benghasi, após um magnifico vôo de seis horas e vinte minutos

No Cairo, termo da étapa seguinte, aguardarão os intrépidos aviadores dinheiro para prosseguir a viagem

Razão tinhamos nós, afirmando ontem que a falta de noticias do «Patria» não constituia motivo de inquietação. A nova etapa Tripoli-Benghasi—a quinta realizada por Brito Pais e Sarmento de Beires, depois da partida de Vila Nova de Milfontes—foi levada a cabo, como previramos, durante o dia de ante-ontem, aterrando os intrepidos aviadores em Benghasi, em condições absolutamente satisfatorias, como consta do seguinte cabograma, expedido ás 3 horas e 20 minutos de ante-ontem e recebido ontem, ás 11,15 da manhã, na direcção geral de aéronautica:

BENGHASI, 18, ás 3,20 t.—Aterragem normal em Benghasi, depois de seis horas e vinte minutos de vôo. Peço nos enviem noticias e ordem dinheiro, para o Cairo. (a) Pais, capitão.

Nesta etapa, percorreram os heroicos tripulantes do «Patria» 900 quilometros, que tantos são os que distam de Tripoli a Benghasi, tendo por isso voado a uma média de 145 quilometros á hora, o que se pode considerar um belo andamento. Deduz-se destas indicações que voaram com bom tempo e vento favoravel, pois os aviadores, no relatorio que elaboraram, calculavam gastar 8 horas neste percurso.

A etapa seguinte—Benghasi-Cairo—é mais longa do que qualquer das já realizadas, pois mede 1.300 quilometros e está calculada em 11 horas de vôo. Nesta etapa, têm os bravos oficiais de atravessar regiões desertas—o planalto da Libia e o da Cirenaica. O itinerario marcado por Beires no seu relatorio é: Benghasi, Derma, Tebruk, Mersa, Matruck, El Daba, El Hamman, Wardan, indo aterrar no campo de Heliopolis, a nordeste do Cairo. No Cairo, tencionam os aviadores demorar-se algum tempo, para limpesa do motor e para esperarem dinheiro.

De facto, como se vê pelo telegrama recebido ontem, os nossos aviadores estão exaustos de recursos, pelo que se torna necessario que todos os portugueses contribuam na medida das suas forças para eles levarem a cabo a magnifica proeza. O director da Aéronautica Militar, major sr. Cifka Duarte tem, com a colaboração de alguns distintos oficiais aviadores, prosseguido nos seus trabalhos para a organização de varias festas, cujo produto é destinado a cobrir parte das despesas da viagem.

No teatro Nacional realizar-se-á, por estes dias, com este fim, uma interessante récita dedicada á aviação militar.

Sabemos que igual proposito anima os empresarios dos teatros da Trindade e Apolo, não se sabendo, porém, quando se realizarão as festas nestes dois teatros.

O major sr. Cifka Duarte tem continuado a receber donativos destinados aos dois gloriosos aviadores.

A subscrição aberta por uma comissão de ilustres senhoras alentejanas já atingiu alguns contos de reis, não tendo, porém, sido ainda entregue o seu produto, o que se torna urgente, dadas as circunstancias em que está sendo feito o heroico empreendimento.

Do sr. J. Francisco Grilo recebeu a Aéronautica, com uma carta, a quantia de 100$00.

Uma carta do capitão Sarmento de Beires

O capitão Sarmento de Beires, antes de iniciar a sua magnifica viagem, dirigiu á Sociedade Teosofica, de que faz parte, uma carta muito interessante, que acaba de ser publicada em folheto e do qual recortamos os seguintes periodos:

No momento em que as azas do avião «Patria», vão desprender o vôo, a caminho da India, o meu pensamento evola-se, singrando o espaço, a caminho de vós.

Não é um pensamento de despedida, não, é uma saudade; não é um gesto de tristeza que me leva a escrever esta carta.

E' a necessidade de expandir a nossa esperança, e a confissão desassombrada, que a vós todos devo, do mobil intimo que me impele.

A viagem Portugal-India, que com o capitão Brito Pais inicio a esta hora, tem além do seu significado patriotico, visto que é a propria «Patria» que espaços fóra, vai tentar afirmar mais uma vez a sua vitalidade, um significado mais elevado ainda, por ser universal.

....

O avião «Patria», pode, no entanto, naufragar antes de ter atingido a sua Terra de Promissão.

Esse naufragio, não o receio, porque, a dar-se ele terá ainda uma significação incontestavel, e perante a qual só a resignação deve prevalecer: a de não sermos nós dignos da missão empreendida.

E' pois envoltos num veu de Tranquilidade que partimos, conscios de que nos acompanham as vibrações mais elevadas do Pensamento Teosofico Português.

Torna-se, no entanto, indispensavel que a todos digamos que nos não move a ansia de gloria pessoal. Procuramos, é certo, revigorar, pelo efeito sentimental do nosso acto, na alma portuguesa, a seiva dessorada do Ideal da Patria.

Mas acima de tudo desejariamos que esta viagem representasse o inicio duma nova era de Paz, de Harmonia, de ventura para a Humanidade, e, como parcela do Todo, para a Sociedade Portuguesa.

....

Nesta hora, em que as vibrações mais altruistas de que o meu ser é susceptivel, se exalam em pleno espaço, num imenso amplexo afectivo que envolve a terra, ouso apenas preguntar:

«Desta viagem, deve resultar uma difusão maior do Grande Ideal. Essa difusão equivale á elevação do nivel moral da Humanidade. Não será isso um Bem para todos nós?»

Seja como fôr, é essa a minha aspiração.

E ao partir, envio a todos os meus Irmãos, um imenso pensamento de afeição pura, um supremo voto de Felicidade e Harmonia.

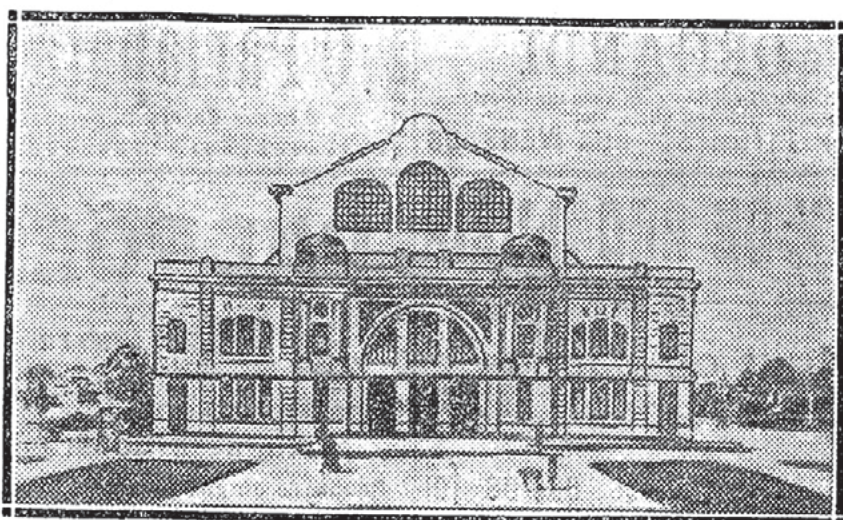
A viagem dos aviadores ingleses

CAIRO, 19.—O aviador Maclaren e os seus companheiros que realizam a viagem de circunnavegação aérea, chegaram ao Cairo, após um vôo magnifico, devendo ainda hoje largar para Bagdad.

O CONGRESSO NACIONAL DE NATAÇÃO

Oitenta colectividades e cento e oitenta congressistas vão trabalhar para uma melhor propaganda e progresso

O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA NA SESSÃO INAUGURAL

Por caso de força maior, o Congresso foi adiado para 2, 3 e 4 de Maio proximo

«Maquette» para piscina
exposta na Sociedade de Geografia

Vai efectuar-se brevemente, em Lisboa, o primeiro Congresso Nacional de Natação. A iniciativa é do sr. Manuel Ryder da Costa, antigo nadador e propagandista; o fim é regularizar e uniformizar a propaganda e orientação dos dirigentes, trazendo-se ordem ao que ha muito tempo anda em confusão.

Fazendo um pouco de historia da natação em Portugal, recordemos que as primeiras tentativas de criação de provas oficiais se deveram ao Gimnasio Clube Português, que ao mesmo tempo conseguiu fazer acompanhar as suas iniciativas duma publicidade e propaganda eficazes. A evidencia e desenvolvimento que assim conquistou a natação trouxeram a necessidade de criar-se um organismo que tomasse a direcção suprema, fiscalização e coordenação dos esforços particulares das agremiações. E fundou-se a Liga de Natação, na qual tiveram parte preponderante o antigo oficial da armada Joaquim Costa, o dr. Jaime Neves, ao tempo figura indispensavel, pela sua categoria, competencia e zelo, na direcção das grandes iniciativas desportivas; Mario Duarte e outros vultos desportivos, entre os quais se destacava, como ainda hoje, o sr. almirante Ernesto de Vasconcelos, que era o presidente da Liga.

Desapareceu a Liga, mas não morreu a natação. Ao contrario, porque um grupo de entusiastas trabalhando com afinco e com o auxilio do Clube Naval de Lisboa, que inestimaveis serviços prestou no desenvolvimento da natação, conseguiu interessar cada vez mais o publico, atrair adeptos práticos da natação e fazer progredir esse desporto em toda a linha. Apareceu esse grupo ha uns bons 14 anos e era composto pelos srs. Manuel Ryder da Costa, Dias da Silva, A. Stockler, Oliveira Duarte, Carlos Moura, Tomás de Aquino, Henrique Teles e outros. Organizaram-se festas e provas variadas, ministrou-se ensino e conseguiu-se mais tarde introduzir o jogo do «water-polo».

Novamente se voltou a organizar uma Liga de Natação, a ultima que tem funcionado. Mas, pe'a apatia em que sempre tem vivido, tornou-se um organismo quasi inutil. Os ultimos tempos, mesmo, têm sido passados em questões, assembleias gerais, conflitos de toda a ordem, com prejuizo do trabalho produtivo. E foi esta situação que determinou em Manuel Ryder da Costa a ideia do proximo Congresso de Natação, esperando como fim, e como dissémos, que a natação, o exercicio e propaganda sejam regularizados e metodizados em todo o país, de forma a poder marcar-se ao util e humanitario desporto uma nova era de progresso, difusão e aperfeiçoamento.

As teses do Congresso, os seus colaboradores e o seu concurso de projectos de piscinas

Foram convidadas a fazer parte do Congresso altas individualidades que noutros tempos deram o melhor do seu esforço no levantamento da natação, sendo para registar que todas perfilharam com carinho a iniciativa, não lhe regateando elogios.

Com tão valiosa colaboração, com a tenacidade de Ryder da Costa e as suas apreciaveis qualidades de trabalho, não foi impossivel vencer inumeras dificuldades e conseguir-se a realização do Congresso.

Entre as teses que vão ser discutidas, algumas ha de muito valor desportivo e scientifico.

A comissão do exercito, presidida pelo general sr. Abel Hipolito, apresenta um interessante trabalho, do qual é relator o tenente sr. Henrique Galvão.

A comissão de marinha, presidida pelo almirante sr. Eduardo Augusto Neuparth, apresenta uma tese elaborada por Carlos Vilar, Pedro Peters e dr. Oliveira Duarte, cujas conclusões mereceram a especial atenção do sr. ministro da Marinha, que já as converteu em decreto.

A comissão medica, presidida pelo sr. dr. Jaime Neves, tem a sua tese; o dr. Adeodato de Carvalho e o sr. Silvestre Newton, pelas escolas superiores; coronel Freiria, pela comissão escolar do ensino medio; o vice-almirante sr. Hypacio de Brion apresenta uma tese de salvamento; a comissão parlamentar, de que fazem parte os srs. dr. João Camoesas, José Pontes, Manuel Alegre, tenente-coronel Pires Monteiro e Ernesto Navarro, apresentam a sua tese; ha mais 3 do sr. Ryder da Costa e uma do conhecido nadador sr. Antonio Soares, uma da Liga dos Oficiais da Marinha Mercante, etc.

Sendo a piscina o principal elemento de progresso da natação, juntamente com o Congresso ha um concurso de projectos de piscinas, em que dois distintos arquitectos, Branco e Tojal, mostram ao país o que são os balnearios que existem por todas as grandes cidades europeias e americanas, onde, a par de uma boa terapeutica pelo banho, se trata da educação do fisico pelo exercicio da natação.

O Chefe do Estado presidirá á sessão de abertura

Por motivos de força maior, o Congresso foi adiado para 2, 3 e 4 de maio. A uma das sessões presidirá o sr. Presidente da Republica.

Estão inscritas 80 colectividades e 180 congressistas, o que assinala o interesse despertado no meio desportista.

O programa, além de cinco sessões para discussão de teses, tem varias festas e recepções, havendo um passeio á piscina do Parque do Estoril, oferecido pelo director dessa Sociedade, sr. Augusto Carreira de Sousa; uma recepção na Camara Municipal, festas no Gimnasio Clube Português, espectaculos de homenagem no Cinema Condes e no Coliseu dos Recreios, etc.

A comissão executiva pede-nos que avisemos os congressistas a quem já foram distribuidos bilhetes e programas, que os mesmos serão validos para a nova data marcada.

Foram tomadas as devidas providencias para que nos caminhos de ferro esses bilhetes tenham validade para o dia 2.

SORTEIO: 032/2024
CHAVE: 10-20-40-44-46 + 1- 3

M1LHÃO SORTEIO: 016/2024
1.º PRÉMIO: WVG14238

NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

Eleições começam na Índia. Terminam dia 1 de junho

Começaram as eleições na Índia. No Estado de Assam (*na foto*), houve várias pessoas à espera em filas para poderem votar. Ontem aconteceu a primeira de sete fases de votação até serem conhecidos os resultados. A próxima fase ocorre na sexta-feira e vai abranger 89 círculos eleitorais, divididos em 13 estados. Seguem-se mais cinco fase nos dias 7, 13, 20 e 25 de maio. Os mais de 960 milhões de eleitores acabam de votar no dia 1 de junho, após 44 dias do maior ato eleitoral do mundo. Os resultados serão conhecidos a 4 de junho.

BIJU BORO / AFP

Marcelo atira para o Governo o eventual fim de funções da PGR

JUSTIÇA Após recordar que o nome de Lucília Gago foi proposto pelo PS, o Presidente da República disse ainda que a dissolução da AR era "sonho da direita".

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, salientou que cabe ao Governo a iniciativa de propor, eventualmente, o fim de funções da procuradora-geral da República, assim como a sua nomeação, referindo que o mandato de Lucília Gago termina em outubro.

"Sabem que quem tem a iniciativa de propor o fim das funções do procurador-geral da República é o Governo. Nem o anterior, nem o atual, mostraram jamais a intenção de propor o termo das funções da senhora procuradora", declarou Marcelo Rebelo de Sousa, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. E recordou ainda que "quem tem a iniciativa de propor o nome é o Governo. Portanto, o nome da senhora procuradora foi proposto pelo senhor primeiro-ministro [na altura, António Costa], ouvida a senhora ministra da Justiça

Falando a propósito dos recentes desenvolvimentos no *Processo Influencer* voltou a reiterar que é "mais provável" ou que está "mais próxima a hipótese" de António Costa vir a presidir ao Conselho Europeu. Interrogado se não se arrepende de ter feito essa afirmação, respondeu: "Não, não, não. Pelo contrário, acho que disse aquilo que os portugueses todos sentiram."

No prefácio de um livro de Eurico Brilhante Dias, ex-líder parlamentar do PS, António Costa defendeu que "a ocasião fez a decisão" de dissolver o Parlamento. Questionado sobre isto, Marcelo Rebelo de Sousa concordou. "Isso é verdade. Houve um processo que não esperávamos – sem ele não teria havido dissolução. Houve uma demissão que não esperávamos, de primeiro-ministro e secretário-geral do PS – sem ela não teríamos tido a dissolução", disse. Foi esse "somatório" "que realmente conduziu à dissolução da Assembleia da República".

Segundo o Presidente da República, dissolução "era um sonho antigo da direita portuguesa, desde 2016, mas só se concretizou porque houve essas duas ocasiões que se somaram: um processo que ninguém esperava, nem imaginava, e a demissão de primeiro-ministro e secretário-geral do PS".

DN/LUSA

BREVES

Fenprof contra alterações na colocação de professores

A Fenprof alertou ontem a tutela que poderá serenar os professores devolvendo o tempo de serviço congelado (cerca de seis anos e meio), mas voltará "a semear a intranquilidade" caso altere o regime de colocação dos docentes nas escolas. O Governo poderá "com uma mão serenar e, com a outra, voltar a semear a intranquilidade", disse o secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira, após a primeira reunião com a nova equipa do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), referindo-se a possíveis alterações ao regime de colocação dos docentes previsto no "Programa do Governo, no sentido de recorrer à residência, à avaliação ou a outros critérios subjetivos e deixar cair ou desvalorizar a graduação profissional".
Sobre as negociações para a recuperação do tempo de serviço congelado, que vão começar em maio, a Fenprof defende uma recuperação em três anos (33% ao ano), em vez dos cinco anos com uma recuperação de 20% por ano definidos no Programa do Governo.
Já o ministro Fernando Alexandre chegou ao fim da maratona de reuniões (com 12 estruturas sindicais em dois dias) confiante "num acordo".

PCP apresenta medidas contra "degradação" do SNS

O PCP apresentou algumas medidas urgentes para "inverter a degradação" do Serviço Nacional de Saúde (SNS), criticando as "políticas de vários Governos" de PS, PSD e CDS, que abriram "caminho para a destruição" daquele serviço público. "A AD [Aliança Democrática] não tem como objetivo melhorar o funcionamento do SNS, mas continuar a desvalorizá-lo, tal como fez o Governo do PS nos últimos anos, com o objetivo de impulsionar ainda mais o negócio da Saúde", disse o secretário-geral do PCP, Paulo Raimundo, realçando que o "privado não vai resolver os problemas". Falando na apresentação do Programa de Emergência proposto pelo PCP para a Saúde, numa unidade hoteleira em Lisboa, Paulo Raimundo afirmou que a reforma do SNS "é uma questão decisiva da atualidade". "A reconstrução do SNS é uma exigência sanitária, socioeconómica e democrática", salientou. Paulo Raimundo alertou que o PCP não alimenta "nenhuma expectativa em relação ao que aí vem". "Sabemos bem o que desejam PSD e CDS, como também IL e Chega, e isso ficou já muito claro no que está escrito e no que está omitido no dito Programa do Governo. E também conhecemos bem as hesitações e compromissos do PS com o fomento do negócio privado, que os últimos anos de governação puseram em evidência", observou.

Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Secretário-geral** Afonso Camões **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt